

ATA N.º 43/2012

Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Benavente

Início: 14 horas e 34 minutos

Encerramento: 16 horas e 33 minutos

No dia quinze do mês de outubro de dois mil e doze, em Benavente, no edifício dos Paços do Município e sala das reuniões da Câmara Municipal, onde se encontrava pelas catorze horas e trinta minutos, o senhor António José Ganhão, presidente da Câmara Municipal de Benavente, reuniu a mesma, estando presentes os vereadores senhores:

Ana Isabel Oliveira Reis Casquinha
José António Salvador Rodrigues da Avó
Carlos António Pinto Coutinho
Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos
Miguel António Duarte Cardia

Pelo senhor presidente foi declarada aberta a reunião, às catorze horas e trinta e quatro minutos, com a seguinte ordem do dia, antecipadamente remetida a todos os vereadores, nos termos do artigo décimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo:

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
1	Câmara Municipal Presidência/Vereação Gabinete de Apoio ao presidente e vereadores Aprovação da ata da reunião anterior		
2	Departamento Municipal Administrativo e Financeiro Apoio Jurídico Denúncia de arrendamento, nos termos do art. 1098.º, n.º 2 do Código Civil (C.C.) / Aplicabilidade do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) aos arrendamentos celebrados na vigência do anterior Regime do Arrendamento Urbano (RAU), no que respeita em especial ao regime legal de cessação do	Informação A.J. n.º 120/2012, de 08 de outubro	

	vínculo contratual / Exposição de motivos da proprietária / Análise jurídica		
3	Legislação síntese	Inf. A.J. n.º 121/2012, de 10 de outubro	
	Gestão e Controle do Plano e Orçamento		
4	II Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano		
	Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento		
5	Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes – Acordo Quadro (Concurso CCE-CIMLT) – Autorização de ajuste direto	Informação D.M.A.F. N.º 0243/2012	
	Subunidade Orgânica de Contabilidade		
6	Resumo Diário de Tesouraria		
	Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças		
7	Licenciamento de instalação e funcionamento recinto improvisado / Despacho a ratificação	07/2012, de 20/08	Kari Mette Sommerfeldt, Unipessoal, Lda.
8	Reclamação / Passagem de música c/DJ	Reg. n.º 13858/2012, de 09.10	Luís António Oliveira Martins
9	Parecer sobre a proposta de turnos do concelho para o ano de 2013	Reg. n.º 13859/2012, de 09.10	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, IP
	Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos		
	Subunidade Orgânica de Gestão de Recursos Humanos		
10	Despesas de representação / Proposta		

11	Nomeação no âmbito de processo de inquérito / Pedido de escusa		
	Subunidade Orgânica de Património		
12	Pedido para instalar dois portões no caminho de natureza pública denominado por Estrada da Formiga, situado parte na freguesia de Santo Estêvão e na freguesia de Samora Correia		Sociedade Agrícola da Herdade da Formiga, Lda.
	Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes		
	Apoio Administrativo às Obras Municipais		
13	Empreitada de: "Execução de rede de abastecimento de água na Rua do Brejo, em Samora Correia" - Liberação de 90% da caução prestada / termo do 4.º ano do prazo de garantia	4.1.3/01-2008	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
14	Empreitada de: "Construção de rotunda (cruzamento da Estrada da Murteira / Rua dos Operários Agrícolas), em Samora Correia" - Liberação de 75% da caução prestada / termo do 3.º ano do prazo de garantia	4.1.1/12-2008	GEOMOV – Construção e Movimentação de Terras, Lda.
15	Empreitada de: "Remodelação / Beneficiação dos revestimentos da cobertura das piscinas municipais de Samora Correia" - Receção Definitiva / Cancelamento de garantia bancária e restituição de quantias retidas	4.1.2/06-2006	MATEUS & IRMÃOS, LDA
16	Empreitada de: "Reparação de pavimentos em arruamentos da Freguesia de Santo Estêvão" - Liberação de 30% da caução prestada / Termo do 1.º ano do prazo de garantia de 2 anos	4.1.1/04-2010	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
17	Empreitada de: "Execução de saneamento de pavimento em troços na rua Vale Carril, em Foros de Almada" - Liberação de 30% da caução prestada / termo do 1.º ano	4.1.1/11-2010	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA

	do prazo de garantia		
18	Empreitada de: “Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste na Rua de São Mateus – Foros da Charneca” - Liberação de 90% da caução prestada / termo do 4.º ano do prazo de garantia	4.1.1/05-2008	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
19	Empreitada de: “Execução de tapete de betão betuminoso em camada de regularização e camada de desgaste na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Samora Correia” - Liberação de 90% da caução prestada / termo do 4.º ano do prazo de garantia	4.1.1/04-2008	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
20	Empreitada de: “Arruamentos do Bairro Nossa Senhora de Oliveira, Samora Correia – Reposição de pavimento em tapete de betão betuminoso em valas” - Liberação de 90% da caução prestada / termo do 4.º ano do prazo de garantia	4.1.1/03-2008	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
21	Empreitada de: “Execução de base de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste no Largo AREPA – Porto Alto” - Liberação de 90% da caução prestada / termo do 4.º ano do prazo de garantia	4.1.1/02-2008	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
22	Empreitada de: “Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste em arruamentos de Samora Correia e Porto Alto” - Liberação de 75% da caução prestada / termo do 3.º ano do prazo de garantia	4.1.1/02-2009	PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, SA
	Conservação, Manutenção e Limpeza Urbana		
23	Abate e replantação de arvoredos urbanos na Quinta da Palmeira, em Benavente		Arq. Paisagista Fernando Graça
	Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento		
	Subunidade Orgânica de Obras Particulares		

24	Licenciamento de Obras	264/2007	Cabena - Cabinas de Benavente, Lda.
25	“ “	825/2008	Cabena - Cabinas de Benavente, Lda.
26	“ “	1693/2010	Maria Custódia Pereira Rodrigues Rosa
27	Autorização de Utilização	269/2012	Henrique Santos Pires
28	Inform. Simples	210/2012	João Manuel Reis Massano
29	Reclamações	875/2010	José Joaquim Coelho da Costa e Maria Helena Pilré da Costa
30	“ “	974/2012	Henrique Teles Claudino / Catarina Henriques
Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo			
Educação			
31	Aprovação de novos escalões de apoio e alteração de escalões já aprovados – Ano letivo 2012/2013	Inf. DMCET n.º 086/2012, de 8 de outubro	
32	Auxílios Económicos – Pré-Escolar Ano letivo 2012/2013	Inf. DMCET n.º 088/2012, de 8 de outubro	
33	Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular para o 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2012/2013	Inf. DMCET n.º 089/2012, de 10 de outubro	
Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude			
Intervenção Social e Saúde			
34	Pedido de fornecimento de refeições diárias ao abrigo do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente	Informação Social n.º 90/2012	
35	Pedido de refeições ao abrigo do Protocolo com o Centro de Bem Estar Social Padre Tobias	Informação Social n.º 107/2012	
36	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 155/2012	

37	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 156/2012	
38	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 158/2012	
39	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 161/2012	
40	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 162/2012	
41	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 164/2012	
42	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 165/2012	
43	Auxílios Económicos / Reclamação	Inf. Social n.º 166/2012	
44	Período destinado às intervenções dos membros da Câmara		
45	Período destinado às intervenções dos munícipes		
46	Aprovação de deliberações em minuta		

RESUMO DOS PONTOS EXTRAS À ORDEM DO DIA

Ordem	Assunto	Processo	Interessado
	Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes		
	Apoio Administrativo às Obras Municipais		
1	Empreitada de: “Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia” - Autorização Prévia da Assembleia Municipal para assunção de Compromisso Plurianual	4.1.2/02-2011	
2	Empreitada de: “Ampliação e Requalificação da EB1 nº 1 de Benavente” - Autorização Prévia da Assembleia Municipal para assunção de Compromisso Plurianual	4.1.2/01-2011	

	Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo		
	Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa		
3	3.ª Feira das Sopas e do Arroz Doce – dias 02, 03 e 04 de novembro – Pedido de apoio logístico		CUAB

Secretariou o diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, Hermínio Nunes da Fonseca, coadjuvado por Anabela Rodrigues Gonçalves, coordenadora técnica.

AUSÊNCIA DE MEMBROS DO EXECUTIVO: Verificou-se a ausência da senhora vereadora Gabriela dos Santos, por motivo de gozo de férias.

«O senhor presidente considerou justificada a ausência.»

01 – Câmara Municipal/Presidência-Vereação

01.01 – Gabinete de Apoio ao Presidente e Vereadores

Ponto 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Após a confirmação de que todos os membros da Câmara tinham conhecimento do conteúdo da ata da reunião anterior, oportunamente distribuída, foi dispensada a sua leitura nos termos do artigo quarto do Decreto-Lei quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

Submetida a votação a ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.

02- Departamento Municipal Administrativo e Financeiro

02.01.03- Apoio Jurídico

Ponto 2 – DENÚNCIA DE ARRENDAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 1098.º, N.º2 DO CÓDIGO CIVIL (C.C.) / APLICABILIDADE DO NOVO REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO (NRAU) AOS ARRENDAMENTOS CELEBRADOS NA VIGÊNCIA DO ANTERIOR REGIME DO ARRENDAMENTO URBANO (RAU), NO QUE RESPEITA EM ESPECIAL AO REGIME LEGAL DE CESSAÇÃO DO VÍNCULO CONTRATUAL / EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA PROPRIETÁRIA / ANÁLISE JURÍDICA

Informação n.º 120/2012, de 08 de outubro

Deliberação tomada pela câmara municipal em reunião datada de 23.07.2012

Registo de entrada n.º 12.240/2012, de 07.09.

Requerente: Maria José Godinho, na qualidade de proprietária de imóvel arrendado (e subarrendado) pelo Município

Assunto: Denúncia de arrendamento, nos termos do art. 1098.º, n.º2 do Código Civil (C.C.) / Aplicabilidade do Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU) aos arrendamentos celebrados na vigência do anterior Regime do Arrendamento Urbano (RAU), no que respeita em especial ao regime legal de cessação do vínculo contratual / Exposição de motivos da proprietária / Análise jurídica

Local: Urbanização Olival Basto, Travessa C, lote 9-A, 3.º ft., freguesia de Benavente

Em cumprimento despacho superior exarado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal no requerimento com o registo de entrada em epígrafe, cumpre informar:

1. Em 23.07.2012, a Câmara Municipal, reunida ordinariamente, tomou deliberação unânime, com o sentido de homologar a Informação Social n.º 96, informação conjunta da Intervenção Social e Saúde e deste Apoio Jurídico, o que fez por remissão e adesão à fundamentação de fato e direito nela aduzidas, tendo tal deliberação, entre outros, o alcance de ser denunciado o contrato de arrendamento da fração autónoma correspondente ao 3.º andar frente do lote 9-A mencionado em título, por arte do Município de Benavente, na qualidade de arrendatário e com fundamento no disposto nos artigos 59.º, n.os 1 e 3 do NRAU, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27.02.¹², entrado em vigor no dia 28.06.2006.
2. Assim, expediu-se o inerente mandado de notificação/comunicação legal à identificada proprietária, mediante o nosso ofício n.º 4.343, de 27.08.2012, recebido em 29.08.2012.
3. Vem, agora, a proprietária, opor-se ao teor de tal comunicação legal, invocando que:
 - ✓ *O contrato de arrendamento ... é de duração indeterminável e foi celebrado pelo prazo de 12 (doze) anos;*
 - ✓ *Nos termos do artigo n.º 68 do “RAU” aplica-se à denúncia pelo arrendatário o artigo 1055 do C.C.;*
 - ✓ *Cujo prazo mínimo é de 6 (seis) meses;*
 - ✓ *Foi convencionado o prazo de um ano para a denúncia do contrato;*
 - ✓ *...o contrato só poderá ser denunciado para 31.08.2013, pelo que caso V. Exa. entregue a casa antes deverá responsabilizar-se pela renda até 31.08.2013.*
4. Relembramos, a este passo, o que se escreveu na aludida informação conjunta:

(...)

 - *o arrendamento do imóvel em causa foi celebrado com a sua proprietária, Maria José da Encarnação Rodrigues Godinho, em 03.04.2006, estando em causa o fim de arrendamento urbano para habitação, com permissão expressa de subarrendamento – cfr. cláusula segunda;*
 - *a duração do arrendamento foi fixada na sua cláusula 1.ª, em 12 anos, com início em 01.04.2006 e termo em 30.03.2012, renovando-se- automática e sucessivamente por períodos de tempo de 1 ano;*

(...)

 - *foi consensualizado ... que “ Se ao arrendatário não convier a renovação do contrato, deverá denunciá-lo, por escrito, com um ano de antecedência em relação ao termo do prazo do contrato, e das sucessivas e eventuais prorrogações,” – cfr. cláusula oitava;*

(...)

¹ Retificada pela Declaração n.º 24/2006, de 17.04.2006.

² Doravante, os normativos desta Lei serão sempre referenciados ao NRAU.

13) atendendo às datas de celebração de cada um dos vínculos contratuais indicados, importa distinguir:

1º. quanto ao contrato de arrendamento:

- sujeitou-se ao Regime do Arrendamento Urbano (RAU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 321-B/90, de 15.10 já revogado pelo NRAU, este entrado em vigor no dia 28.06.2006, regulando-se pelo direito anterior, salvo quanto às normas cuja vigência transitoriamente ressalvou o NRAU, nos seguintes termos:

- o NRAU dispõe sobre o próprio conteúdo das relações jurídicas constituídas anteriormente, abstraindo, em princípio, dos fatos que lhe deram origem, conforme decorre dos n.ºs 1 e 3 do que art. 59.^{o3};
- destes normativos decorre a regra de que o NRAU se aplica não só aos contratos celebrados após a sua entrada em vigor, mas, também, às relações locativas constituídas que subsistam nessa data, apenas com duas exceções: a) a resultante das normas transitórias dos seus arts. 26.º a 58.º – cfr. art. 59.º, n.º 1, in fine NRAU, e b) a resultante das suas normas supletivas que só se aplicam aos contratos celebrados anteriormente quando não sejam em sentido oposto ao da norma vigente aquando da celebração desse mesmo contrato, caso em que é essa a norma aplicável – cfr. art. 59.º, n.º 3 NRAU⁴;
- pelo que deve atentar-se no n.º 1 do art. 26.º, n.º 1 NRAU: “**Os contratos celebrados na vigência do Regime do Arrendamento Urbano (RAU) ... passam a estar submetidos ao NRAU, com as especificidades dos números seguintes**”, sendo importante fixar as seguintes especificidades: “Os contratos de duração limitada renovam-se automaticamente, quando não sejam denunciados por qualquer das partes, no fim do prazo pelo qual foram celebrados, pelo período de três anos, se outro superior não tiver sido previsto,” – cfr. n.º 3;
- concluindo-se, assim, que o arrendamento, exceção feita à norma transitória acabada de transcrever, sujeita-se ao NRAU, nomeadamente ao respetivo regime de cessação do contrato de arrendamento urbano que, como veremos amais adiante, tem índole imperativa.

2º. quanto ao contrato de subarrendamento, em face do que se fixou supra em 5), não restam dúvidas, que segue a disciplina legal do NRAU.

14) assim, relevando, abordar as **causas gerais de extinção dos contratos** no âmbito do **arrendamento urbano para habitação**, seguindo o disposto nos **arts. 1079.º a 1087.º do Código Civil, aditados pelo NRAU**, a saber:

14.1.) o contrato de arrendamento urbano está sujeito às **causas gerais de extinção dos contratos**, abrangendo, entre outras, a **resolução** a caducidade, a **denúncia** ou a **oposição à renovação** – cfr. art. 1079.º⁵.

14.2.) o **regime da cessação** do contrato de arrendamento urbano **tem natureza imperativa**, salvo disposição legal em contrário – cfr. art. 1080.º.

14.3.) a **denúncia** e a **oposição à renovação**:

- a primeira, aplicável aos contratos de duração indeterminada, traduz-se na declaração do senhorio a pôr termo ao contrato, a todo o tempo;
- a segunda, aplicável aos contratos em que tenha sido estipulado um prazo renovável, apenas pode ter lugar no fim desse prazo, impedindo que o contrato se renove por períodos subsequentes – art. 1054.º;

³ Assim, a opção do legislador foi a plasmada na 2.ª parte do art. 12.º do Código Civil.

⁴ A previsão destas normas transitórias e de outras da mesma natureza previstas na legislação complementar do NRAU prendem-se com o regime jurídico das obras em prédios arrendados e das comissões arbitrais municipais, o que não releva, em especial, para a economia da presente.

⁵ Os artigos indicados sem menção ao respetivo diploma respeitam ao Código Civil.

- *quanto ao arrendamento urbano para habitação, a denúncia é regulada pelos arts. 1099.º a 1104.º e a oposição à renovação, pelos arts. 1095.º a 1098.º;*
- *a oposição à renovação deduzida pelo senhorio exerce-se mediante comunicação ao arrendatário com a antecedência mínima de um ano do termo do contrato – art. 1097.º;*
- *após seis meses de duração efetiva do contrato, o arrendatário pode denunciá-lo a todo o tempo, o arrendatário pode denunciá-lo a todo o tempo, mediante comunicação ao senhorio com uma antecedência não inferior a 120 dias do termo pretendido do contrato, produzindo essa denúncia efeitos no final de um mês do calendário gregoriano – cfr. art. 1098.º, n.º 2;*
- *a inobservância desta antecedência não obsta à cessação do contrato, mas obriga ao pagamento das rendas correspondentes ao período de pré-aviso em falta – cfr. art. 1098.º, n.º 2.*

(...)

5. Posto o que se tem a esclarecer que:

- 5.1.** mantemos tudo o que antes opinámos, conforme transcrição supra em 4.;
- 5.2.** quanto à duração, o contrato de arrendamento urbano para habitação pode celebrar-se com prazo certo ou por duração determinada: os contratos de duração determinada são os que vigoram por um prazo certo, preciso e definido, correspondente a uma duração efetiva do vínculo contratual, eventualmente renovável, contratos que podem ser denunciados pelas parte a partir de certo prazo – cfr., hoje, arts. 1094.º a 1098.º do C.C. – e os contratos de duração indeterminada são os que vigoram por prazo incerto, indefinido, vínculos contratuais denunciáveis a todo o tempo, com a ressalva dos prazos legais de antecedência – cfr. hoje, arts. 1094.º e 1099.º a 1104.º do C.C.;
- 5.3.** esta destrição legal não é inovação do NRAU tendo vigorado antes no RAU (cfr. arts. 10.º, 68.º, 98.º a 100.º);
- 5.4.** quer em sede do quer em sede do RAU, quer no direito vigente, RAU, foi, quanto aos contratos de arrendamento para habitação com prazo certo, de duração determinada, a disciplina legal da cessação dos vínculos contratuais teve e tem natureza imperativa – cfr., art. 51.º do RAU e art. 1080.º do C.C.;
- 5.5.** RAU e NRAU, fixou e fixa, a possibilidade do contrato de arrendamento de duração determinada ser denunciado pelo arrendatário, com as seguintes diferenças:
- na vigência do RAU, a denúncia podia ocorrer a todo o tempo, mediante comunicação escrita a enviar ao senhorio, com a antecedência mínima de 90 dias sobre a data em que se operavam os seus feitos – cfr. art. 100.º, n.º 4;
 - na vigência do NRAU, a denúncia só poderá ser efetuada, com efeito útil, após 6 meses de duração efetiva do contrato e há um alargamento do prazo de comunicação prévia ao senhorio, de 90 dias para 120 dias do termo pretendido, ainda que não tenha que ser aduzida qualquer fundamentação pelo arrendatário – cfr. art. 1098.º, n.º 2 do C.C..
- 5.6.** o que significa que o direito novo veio reforçar a garantia da estabilidade do contrato, e o arrendatário terá de manter as suas obrigações relativamente ao locado, pelo menos, pelo prazo de 6 meses, antes de proceder à denúncia do mesmo;
- 5.7.** a disciplina vigente do NRAU, no que respeita aos contratos de duração indeterminada é distinta da que decorria do art. 68.º do RAU, já que agora o contrato pode ser denunciado a todo o tempo, não necessitando de justificação,

com a ressalva dos prazos de antecedência fixados na lei - quanto ao arrendatário valerá o prazo não inferior a 120 dias sobre a data em que pretenda a cessação do vínculo – (arts. 1099.º e 1100.º, n.º 2, ambos do C.C.), já que no direito anterior possibilidade de denúncia reportava apenas *ao fim do prazo do contrato ou da renovação* (n.º 2 do citado 1055.º C.C., aplicável *ex vi* art. 68.º do RAU);

5.8. é uma evidência que o contrato de arrendamento em causa foi celebrado com prazo certo, ainda que tendo-se previsto a possibilidade da sua renovação.

6. Concluindo-se, atentos a tudo o que antes se excursou, não vislumbramos qualquer razão na oposição à denúncia por parte da proprietária, mantendo tudo o que antes se opinou, reforçando pela argumentação complementar acima explicitada em 5., propondo-se que a presente seja superiormente homologada e levada ao conhecimento da proprietária, mantendo-se o mandado de notificação já expedido em agosto transato.

Ana Carla Ferreira Gonçalves, técnica superior, jurista

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e notificar a proprietária do teor da mesma, mantendo-se em tudo o que já havia sido decidido.

Ponto 3 – LEGISLAÇÃO SÍNTESE COM INTERESSE PARA A AUTARQUIA PUBLICADA EM DIÁRIO DA REPÚBLICA ENTRE 04 E 10 DE OUTUBRO E RESPECTIVAS UNIDADES ORGÂNICAS MUNICIPAIS A QUEM A MESMA INTERESSA

Informação A.J. n.º 121/2012, de 10 de outubro de 2012

Decreto-Lei n.º 216/2012, do Ministério da Administração Interna, publicado no D.R. n.º 195, Série I de 2012-10-09 - Define o regime de policiamento de espetáculos desportivos realizados em recinto desportivo e de satisfação dos encargos com o policiamento de espetáculos desportivos em geral (DMAF; AJ; FD);

Decreto-Lei n.º 217/2012, do Ministério da Economia e do Emprego, publicado no D.R. n.º 195, Série I de 2012-10-09 - Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de novembro, que estabelece os procedimentos e define as competências para licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e de instalações de postos de abastecimento de combustíveis, conformando o mesmo às exigências constantes da Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa ao livre acesso e exercício de atividades de serviços (DMAF; AJ; DMOPPUD; SOOP; GU; Fiscalização);

Portaria n.º 309/2012, do Ministério da Economia e do Emprego, publicada no D.R. n.º 195, Série I de 2012-10-09 - Primeira alteração à Portaria n.º 92/2011, de 28 de fevereiro, que regula o Programa de Estágios Profissionais (DMAF; DMGARH; FD; SOGRH).

02.01.05- Gestão e Controle do Plano e do Orçamento

Ponto 4 – II REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO /

PROPOSTA

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE explicitou que as propostas em apreço se prendem essencialmente com o facto de que a Câmara Municipal inscreveu no Orçamento as obras de beneficiação/ampliação da EB1 de Benavente e de Samora Correia, sendo que o respetivo grau de execução vai ser diminuto, dado que apenas recentemente obtiveram a aprovação das estruturas do INALENTEJO, pelo que não faria sentido manter as verbas em orçamento, originando que o correspondente grau de execução pudesse ser prejudicado quer em termos de receita, quer de despesa.

Referiu ainda a necessidade de inscrever em Orçamento as garantias bancárias que foram acionadas, para que seja possível dar execução às mesmas.

O SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ questionou acerca da diferença de cerca de cem mil euros verificada entre os valores retirados do ano em curso e os que transitam para o ano seguinte no Mapa Plurianual.

O SENHOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, DR. HERMÍNIO FONSECA, explicitou que estando ambas as obras orçamentadas pelo valor base posto a concurso, uma delas já foi adjudicada por um preço mais baixo, estimando-se que ocorra o mesmo relativamente à outra.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por maioria, com a abstenção da senhora vereadora Ana Casquinha, aprovar as propostas do senhor presidente da Câmara Municipal respeitantes à II Revisão Orçamental e à II Revisão das Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) que, depois de rubricadas e por fotocópia, ficam apenas à presente ata, devendo as mesmas ser remetidas à discussão e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

02.01.09- Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

Ponto 5 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES – ACORDO QUADRO (CONCURSO CCE-CIMLT) - AUTORIZAÇÃO DE AJUSTE DIRETO

Informação n.º 0243/2012 – D.M.A.F.

Em 07 de dezembro de 2011, a Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento submeteu ao senhor presidente, através da informação n.º 503/2011, uma proposta de abertura de um procedimento tendo em vista a Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes, aderindo ao procedimento a lançar no âmbito da Central de Compras Eletrónica da CIMLT. O Sr. Presidente despachou no sentido da mesma ser presente a reunião de Câmara.

Face à proposta submetida, o Executivo, em 12/12/2011, no uso da competência atribuída pela alínea b) do n.º 1 do art. 18.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, deliberou no sentido da homologação da mesma, autorizando a abertura do procedimento nos termos do proposto.

Mais foi deliberado, igualmente por unanimidade, solicitar autorização à Assembleia Municipal para a repartição de encargos pelos anos económicos de 2012, 2013, 2014 e 2015, nos termos do n.ºs 1 e 6 do art. 22.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho.

Remetida à Assembleia Municipal, a referida proposta foi objeto de deliberação em 15.12.2012, deliberação essa que apontava no sentido da aprovação da mesma.

O referido procedimento, após ter sido devidamente aprovado, foi remetido à CIMLT, onde decorreu a sua tramitação até à celebração do acordo Quadro do qual constam como cocontratantes a CIMLT e as empresas Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. para os lotes n.ºs 1 e 2 e a empresa FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA para o lote n.º 4, lotes aos quais o Município de Benavente agregou necessidades.

Mais se informa que o referido acordo quadro estabelece no seu clausulado as condições contratuais, destacando-se das mesmas a sua duração, no caso, 36 meses, e o valor contratual global de 767.512,12 Euros, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, dividido pelos respetivos anos económicos:

- Para a aquisição de Combustíveis e Lubrificantes, o valor de € 767.451,54 (setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta euros e cinquenta e quatro cêntimos), a satisfazer pelas dotações 02 02 01 02 02 – Gasóleo (a granel) -, 02 02 01 02 02 Gasóleo (Cartão), 02 02 01 02 01 – Gasolina (Cartão) -, e 02 02 01 02 04 – Óleos Lubrificantes, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do já referido Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, prevendo-se os seguintes valores de realização financeira:

- Para a aquisição Gasóleo (a granel), o valor de € 691.320,00, a satisfazer pela dotação 02 02 01 02 02, um valor de realização financeira de € 38.406,67 no ano de 2012, de € 230.440,00 no ano de 2013, de € 230.440,00 no ano de 2014 e de € 192.033,33 no ano de 2015;

- Para a aquisição de Gasóleo e Gasolina em cartão, o valor de € 53.882,10 a satisfazer pelas dotações 02 02 01 02 02 Gasóleo (Cartão), um valor de realização financeira de € 1.449,25 no ano de 2012, € 8.695,50 no ano de 2013, e de € 8.695,50 no ano de 2014 e de € 7.246,25 no ano de 2015, e pela dotação 02 02 01 02 01 – Gasolina (Cartão), um valor de realização financeira de € 1.544,20 no ano de 2012, € 9.265,20 no ano de 2013, € 9.265,20 no ano de 2014 e de € 7.721,00 no ano de 2015.

- Para a aquisição de Óleos Lubrificantes, o valor de € 22.249,44, a satisfazer pela dotação 02 02 01 02 04, um valor de realização financeira de € 1.236,08 no ano de 2012, € 7.416,48 no ano de 2013, e de € 7.416,48 no ano de 2014 e de € 6.180,40 no ano de 2015.

Nesta conformidade, importa ao Município de Benavente iniciar tramitação tendente à formalização individual do contrato celebrado entre a CIMLT e as empresas Galp Energia – Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. para os lotes n.ºs 1 e 2 e a empresa FUCHS LUBRIFICANTES, UNIPessoal, LDA para o lote n.º 4, nos termos do que dispõem subsidiariamente os n.ºs 258.º, alínea a) do n.º 1 do 252.º e alínea a) do n.º 1 do art. 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos.

Posto isto, ao abrigo das atrás referidas disposições legais submete-se ao Executivo a proposta de autorização para a abertura do procedimento de ajuste direto tendente à formalização de contratação ao abrigo do supra referido acordo quadro.

Será de referir que antes do órgão executivo proferir decisão sobre a presente proposta, tratando-se o presente de um fornecimento cuja despesa se estende pelo período de 36 meses, portanto um compromisso plurianual, e não obstante a Assembleia Municipal já ter tomado deliberação nos termos dos n.ºs 1 e 6 do art. 22.º do D.L. n.º 197/99, de 8 de junho, relativa à repartição de encargos, que a mesma deverá ser objeto de autorização prévia do mesmo órgão, no que à despesa diz respeito, nomeadamente a assunção do compromisso, nos termos do que dispõe a alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

À consideração superior.

Benavente, 10 de outubro de 2012

Subunidade Orgânica de Compras e Aprovisionamento

Ana Leonor Simões da Silva Casanova, técnico superior

O diretor de Departamento	O presidente
Concordo, à consideração do senhor presidente	À reunião
10/10/2012	10/10/2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade solicitar prévia autorização à Assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei n.º 8/2012, de vinte e um de fevereiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

02.01.10- Subunidade Orgânica de Contabilidade

Ponto 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

Presente o documento em epígrafe, com o número cento e noventa e sete, referente ao último dia útil anterior ao da reunião, que acusava os seguintes saldos:

Em numerário: cinco mil, trinta e três euros e setenta e um cêntimos em dinheiro.

Depositado à ordem:

C.G.D – Benavente

Conta - 00350156000009843092 – cento e vinte e um mil, vinte e sete euros e sessenta e seis cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000280563011 – oitenta e um mil, quatrocentos e setenta e quatro euros e quarenta e nove cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000061843046 – trezentos e quarenta e cinco mil, cento e dezasseis euros e noventa e dois cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001470473069 – duzentos e nove mil, trezentos e setenta e um euros;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560001496353057 – sete mil, oitenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos;

C.G.D – BNU

Conta – 003521100001168293027 – trezentos e quatro euros e vinte e três cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta - 003501560000016785430 – mil, setecentos e seis euros e setenta e um cêntimos;

C.G.D – Benavente

Conta – 003501560000016788930 – sete mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos;

C.G.D - Benavente

Conta – 003501560000016784630 – setecentos e catorze euros e cinquenta e nove cêntimos;

C.G.D - Benavente

Conta – 003501560000016789730 – nove mil, oitocentos e trinta e dois euros e noventa e três cêntimos;

B.C.P. – Benavente

Conta - 003300000005820087405 – dezanove mil, duzentos e oito euros e dezanove cêntimos;

BNC – Samora Correia

Conta - 004602561087080018636 – três mil, oitenta e oito euros e dezoito cêntimos;

CCAM – Samora Correia

Conta - 004552804003737040413 – dezoito mil, quinhentos e setenta e sete euros e quarenta e seis cêntimos;

CCAM – Santo Estêvão

Conta - 004552814003724462602 – três mil, oitocentos e sete euros e noventa e um cêntimos;

CCAM – Benavente

Conta - 004550904010946923865 – dois mil, cento e catorze euros;

BES – Benavente

Conta - 000703400000923000754 – novecentos e sessenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos;

BPI – Samora Correia

Conta - 002700001383790010130 – seis mil, setecentos e setenta e oito euros e quarenta e nove cêntimos;

Banco Santander Totta, SA

Conta – 001800020289477400181 – duzentos e doze euros e sessenta e dois cêntimos;

Balclays Bank, Plc

Conta – 003204900020787780523 – Barclays Be – cento e cinquenta euros e setenta e quatro cêntimos.

Num total de disponibilidades de oitocentos e quarenta e oito mil, setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos, dos quais quatrocentos e dois mil, duzentos e setenta e três euros e oitenta e um cêntimos são de Operações Orçamentais e quatrocentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e sessenta e oito euros e setenta cêntimos de Operações Não Orçamentais.

02.01.12- Subunidade Orgânica de Taxas e Licenças

Ponto 7 - LICENÇA DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE RECINTO IMPROVISADO / TENDA E PALCO / DESPACHO A RATIFICAÇÃO

Processo n.º 07/2012, de 20.08

Requerente – Kari Mette Sommerfeldt Unipessoal, Lda.

Local de instalação – Herdade Sesmarias das Hortas - Benavente

Assunto – Solicita, nos termos do disposto no art. 14.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, licença de instalação e funcionamento do **recinto improvisado** (tenda e palco), a instalar no local mencionado em epígrafe, dias 5 e 7 de outubro, do corrente ano.

Despacho do senhor vice-presidente da Câmara Municipal, de 04.10.2012

“Defiro. Devendo ser cumprido o Regulamento Geral do Ruído e segundo informação do representante dos Bombeiros Voluntários de Benavente, reforçado o número de extintores e efetuada limpeza da vegetação na envolvente do recinto”

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE recordou que recebera reclamações de munícipes residentes em Samora Correia e que foram também apresentadas várias reclamações na GNR, crendo que situação não voltará a repetir-se, porque a Câmara Municipal não irá licenciar qualquer evento que venha a provocar semelhantes incómodos à população.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade ratificar o despacho do senhor vice-presidente da Câmara Municipal.

Ponto 8 – RECLAMAÇÃO / PASSAGEM DE MÚSICA C/DJ

Reg.º n.º 13858/2012, de 09.10

Reclamante – Luís António Oliveira Martins

Localização – Herdade Sesmarias das Hortas - Benavente

Assunto – *“Permita-me saudá-lo às 06.55h deste dia 07 de outubro.*

Bem como agradecer, através da presidência da Câmara, às pessoas que intervieram na autorização concedida a quem organizou uma festa ao ar livre nas proximidades da zona Industrial de Vale Tripeiro, pela bela noite de batuque que nos foi proporcionada. Já não bastava termos que suportar o barulho infernal das festas de Samora, agora também poderemos mentalizar-nos que em qualquer noite poderemos apanhar um “festival” pela proa porque não há limites à falta de senso de quem as promove nem há condições para a GNR fiscalizar as imbecilidades de qualquer um se a Câmara continuar a licenciar sem restrições.

Com os meus agradecimentos pelos minutos concedidos.

Luís António Oliveira Martins”

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade dar conhecimento ao munícipe de que a Câmara Municipal não irá licenciar qualquer evento que venha a provocar semelhantes incómodos à população.

Ponto 9 – PARECER SOBRE A PROPOSTA DE TURNOS DO CONCELHO PARA O ANO DE 2013

Reg.º n.º 13859, de 09.10.2012

Interessada – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

Assunto – “De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, junto se envia para parecer, os mapas de turnos das farmácias do concelho relativos ao ano de 2013.

Estes mapas foram-nos propostos pela Associação Nacional das Farmácias, de acordo com a legislação em vigor.

Mais se informa que os turnos das farmácias se encontram definidos pelos artigos 8.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 172/2012, de 01 de agosto.

Relembramos que a Câmara deverá emitir parecer até ao dia 30 de outubro (n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro) após esta data a ARSLVT, IP os considerará tacitamente aprovados, sendo por isso autorizados e divulgados”.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade emitir parecer favorável à proposta de escala de turnos das farmácias da área do Município, garantidos que estejam horários de disponibilidade permanente para a população.

02.02- Divisão Municipal de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

02.02.03- Subunidade Orgânica de Gestão Recursos Humanos

Ponto 10 – DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO / PROPOSTA

Junto se anexa proposta, datada de 10-10-2012.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta de manutenção do direito ao abono das despesas de representação que, por fotocópia e depois de rubricada, constitui pasta anexa à presente ata, e submeter a mesma à apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois do artigo vigésimo quarto da Lei número 49/2012, de vinte e nove de agosto, conjugado com a alínea c) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número 169/99, de dezoito de setembro, na redação dada pela Lei número 5-A/2002, de onze de janeiro. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 11 – NOMEAÇÃO NO ÂMBITO DE PROCESSO DE INQUÉRITO / PEDIDO DE ESCUSA

Junto se anexa informação da DMGARH, datada de 09-10-2012.

Despacho do senhor presidente da Câmara Municipal:

“À reunião”

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE disse crer que do ponto de vista legal, não há qualquer incompatibilidade na nomeação da Dra. Palmira Alexandre como instrutora do processo de inquérito, podendo, contudo, entender as fundamentações apresentadas no pedido de escusa em apreço.

Recordou o princípio de que todos os processos de inquérito que tenham a ver com os recursos humanos devem ser desenvolvidos pela respetiva Divisão Municipal, e não

pelo Apoio Jurídico, serviço que deve focalizar a sua atenção especial nos processos de contraordenação, não os deixando prescrever.

No entanto, admite aceitar o pedido de escusa, com carácter excecional, propondo a nomeação da Dra. Ana Carla Gonçalves como instrutora do presente processo de inquérito.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação que, depois de rubricada e por fotocópia, constitui pasta anexa à presente ata, e aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal, nomeando como instrutora do processo de inquérito a Dra. Ana Carla Gonçalves.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

02.02.08- Subunidade Orgânica de Património

Ponto 12 – PEDIDO PARA INSTALAR DOIS PORTÕES NO CAMINHO DE NATUREZA PÚBLICA DENOMINADO POR ESTRADA DA FORMIGA, SITUADO PARTE NA FREGUESIA DE SANTO ESTEVÃO E NA FREGUESIA DE SAMORA CORREIA

Registo de Entrada N.º 2012/13536, de 02-10-2012

Requerente: Sociedade Agrícola da Herdade da Formiga, Lda.

Informação N.º 0239 /2012 – PAT – 2012-10-08

A requerente vem solicitar a anuência da Câmara Municipal para a instalação de dois portões no caminho de natureza pública denominado por Estrada da Formiga.

“(...) A sociedade acima referida é proprietária da Herdade da Formiga, sita no concelho de Benavente. A propriedade em causa é atravessada por várias estradas, de entre as quais uma que liga Santo Estêvão à EN.10. Existindo gado na Herdade, de um lado e de outro da mesma, e estando a propriedade em causa, nos últimos tempos, sujeita a furtos e roubos constantes, necessitamos de colocar um portão junto à EN.10. e de outro, na mesma estrada, mas este junto da várzea.

Assim sendo, solicitamos que sejamos autorizados a proceder à colocação dos referidos portões, ficando os mesmos abertos ou fechados, mas abertos no trinco, durante o dia, e fechados durante a noite (...)”

Em conformidade com o teor do despacho exarado pelo senhor presidente da Câmara Municipal em 2 de outubro de 2012, relativamente ao assunto supramencionado, cumpre informar:

Que se trata de caminho de natureza pública, pelo que a deliberação que vier a ser tomada, não pode deixar de garantir o livre acesso, nomeadamente pedonal, para a eventualidade da realização de caminhadas e passeios de bicicleta, alguns dos quais são organizados pelo Município.

À consideração superior.

O coordenador técnico, António Teixeira da Rosa

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE observou que o caminho em apreço foi utilizado durante muitos anos por trabalhadores que se deslocavam da freguesia de Santo Estêvão para a freguesia de Samora Correia, por se constituir como um atalho no caminho para o seu trabalho, quer para a Companhia das Lezírias, quer para a zona industrial do Porto Alto.

Disse crer que a Câmara Municipal não pode deixar de estar atenta à situação que existe, de facto, de invasão das propriedades e roubo de tudo o que possa ser rapidamente convertido em dinheiro, sendo que há munícipes que já estão a encerrar a atividade e a acabar com serviços.

Afirmou que a aceitação ou compreensão que o Executivo possa ter relativamente à instalação dos portões no caminho público deve salvaguardar determinados direitos, estipulando horários para a abertura e encerramento dos mesmos.

Naquela sequência, propôs que enquanto durar a situação de insegurança, a Câmara Municipal autorize excecionalmente a colocação dos portões solicitados, devendo a respetiva abertura ocorrer às seis horas e trinta minutos e o encerramento às vinte e uma horas, e ser mantida ao lado uma abertura suficiente para permitir a passagem de um ciclista, motociclista ou peão.

Acrescentou que tal autorização não pode pôr em causa o direito dos cidadãos, tendo também que salvaguardar o interesse público, evitando a paralisação de empresas e da atividade agrícola existente, fruto dos roubos constantes e permanentes.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO crê que a Câmara Municipal tem tido sensibilidade para entender os problemas similares que vão surgindo, tendo o Executivo já tomado anteriormente outras decisões que vão também de encontro à preocupação manifestada pelo senhor presidente.

Transmitiu que no âmbito do acompanhamento que faz às juntas de freguesia, foi alertado pela Junta de Freguesia de Santo Estêvão de que haveria alguma indignação entre a população, pelo facto de a Herdade da Formiga estar a preparar-se para encerrar os acessos ao caminho municipal em apreço.

Manifestou concordância com a proposta do senhor presidente, que considerou perfeitamente aceitável e compreensível nos momentos que se vivem atualmente, e propôs que a Câmara Municipal dê conhecimento da mesma à Junta de Freguesia de Santo Estêvão.

O SENHOR PRESIDENTE propôs que a Câmara Municipal solicite parecer à Junta de Freguesia de Santo Estêvão acerca da proposta por si apresentada.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade solicitar parecer à Junta de Freguesia de Santo Estêvão acerca da possibilidade de instalação de portões no acesso ao caminho público situado na Herdade da Formiga, com o horário de abertura às seis horas e trinta minutos e de encerramento às vinte e uma horas, e mantida que seja uma abertura suficiente para permitir a passagem de um ciclista, motociclista ou peão.

03- Divisão Municipal de Obras Municipais, Ambiente, Serviços Urbanos e Transportes

03.01- Apoio Administrativo às Obras Municipais

Ponto 13 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA DO BREJO, EM SAMORA CORREIA”

*** LIBERAÇÃO DE 90% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 4.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.3/01-2008

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 209/2012, de 3 de outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 683/2012/JT/SF, datada de 10-09-2012 (registo de entrada n.º 12375, datado de 11-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **3.789,94 €** através de Garantia Autónoma n.º 2008.00244, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços (no valor de 1.785,56 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **89,28 €** (cento e setenta e oito e cinquenta e cinco cêntimos).
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **3.879,22 € (3.789,94+89,28)**.
- 5- Considerando,
 - que a receção provisória da obra ocorreu em 09.07.2008;
 - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
 - ter já decorrido 4 (quatro) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
 - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 03-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 90% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **3.491,30 € (0,90*(3.879,22 €))**,

passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **387,92 € (3.879,22 € - 3.491,30 €)**.

6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:

- redução da Garantia Autónoma n.º 2008.00244, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., na importância de **3.491,30 €**, passando a mesma a ter o valor de **298,64 € (3.789,94 € - 3.491,30 €)**.

À consideração superior

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, Eng.º Civil

Auto de Vistoria

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto
4.º ano*

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de rede de abastecimento de água na Rua do Brejo, em Samora Correia”**, adjudicada à firma “PROTECNIL - Sociedade Técnica de Construções, S.A.”, no valor de **37.899,39 € (trinta e nove mil, oitocentos e oitenta e nove euros e trinta e nove cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em vinte e um de abril de dois mil e oito, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 4 (quatro) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos **quatro anos** decorridos, **ou seja 90% da caução total**.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente
José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente
João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro

Despacho do vereador Carlos Coutinho:
À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 14 – EMPREITADA DE “CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA (CRUZAMENTO DA ESTRADA DA MURTEIRA / RUA DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS), EM SAMORA CORREIA”

LIBERAÇÃO DE 75% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 3.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA

Processo n.º 4.1.1/12-2008

Adjudicatário: *GEOMOV – Construção e Movimentação de Terras, Lda.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 215/2012, de 4 de outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 128/12, datada de 30-08-2012 (registo de entrada n.º 12167, datado de 06-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **19.478,57 €** através de Garantia Bancária n.º 071-43.010133-8, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral,

correspondente a 10% do valor de todos os trabalhos realizados (Trabalhos Contratuais, Trabalhos a Mais – 1.º Contrato Adicional, Trabalhos a Mais – 2.º Contrato Adicional e Trabalhos a Mais – 3.º Contrato Adicional) em substituição das cauções anteriormente prestadas e a que se reporta a Informação D.M.O.U.A.S.U. n.º 264/2009, de 22 de setembro.

- 3- Contudo, aquando do cálculo da revisão de preços definitiva, obteve-se para valor da mesma a importância de **-12.657,34 €**, o que se traduz em quantia a ser recebida pela Câmara. Nesse sentido, foram tomados pelos Serviços de Contabilidade os procedimentos necessários à sua restituição, por parte do adjudicatário, do montante então apurado, o que veio a acontecer.
- 4- Consequentemente, deveria o valor da garantia prestada ter sido reduzida em 10% do valor da referida revisão, ou seja, em **1.265,73 € (0.10*12.657,34 €)**, o que não aconteceu.
- Assim, propõe-se que o valor da Garantia Bancária n.º 071-43.010133-8, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, seja reduzida em **1.265,73 €**, passando a ter o valor de **18.212,84 € (19.478,57 € - 1.265,73 €)**.

- 5- Face ao exposto nos pontos anteriores e considerando:

- que a receção provisória da obra ocorreu em 03.07.2009;
- as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
- ter já decorrido 3 (três) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 04-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação do valor caução em 75% nos seguintes termos:

- redução de 75% da Garantia Bancária n.º 071-43.010133-8, emitida pela Caixa Económica Montepio Geral, na importância de **13.659,63 € (0.75*18.212,84 €)**, acrescido do valor referido no ponto 4-, ou seja, na quantia de **1.265,73 € (0.10*12.657,34 €)**, passando a mesma a ter o valor de **4.553,21 € (19.478,57 € - 13.659,63 € - 1.265,73 €)**.

À consideração superior.

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil

Auto de Vistoria

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto
3.º ano*

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Construção de rotunda (cruzamento da Estrada da Murteira/Rua dos Operários Agrícolas), em Samora Correia”**, adjudicada à firma **“GEOMOV – Construção e Movimentação de Terras, Lda.”**, no valor de **181.462,61 € (cento e oitenta e um mil, quatrocentos e sessenta e dois euros e sessenta e um centavos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 120 (cento e vinte) dias, contados da data do Auto de Consignação, por deliberação da Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em vinte e nove de

setembro de dois mil e oito, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor Francisco António Teodoro Jorge, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 3 (três) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos **três anos** decorridos, **ou seja 75% da caução total**.

Pelo senhor Francisco António Teodoro Jorge, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente
José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente
Francisco António Teodoro Jorge - representante do empreiteiro

Despacho do vereador Carlos Coutinho:
À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 15 – EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO/BENEFICIAÇÃO DOS REVESTIMENTOS DA COBERTURA DAS PISCINAS MUNICIPAIS DE SAMORA CORREIA”

*** RECEÇÃO DEFINITIVA / CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA E RESTITUIÇÃO DE QUANTIAS RETIDAS**

Processo n.º 4.1.2/06-2006
Adjudicatário: *MATEUS & IRMÃOS, Lda.*

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 216/2012, de 8 de outubro

Considerando que já decorreu o prazo de garantia da obra mencionada em epígrafe e tendo em conta o disposto no artigo 227.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de março, regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada, procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados, cumprindo informar:

- 1- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada Garantia Bancária n.º 06/263/41060 no valor de **2.176,64 €** (dois mil, cento e setenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos), emitida pelo Banco BPI, S.A., correspondente a 5% do valor da adjudicação.
- 2- Foi efetuada retenção da quantia de **2.176,64 €** (dois mil, cento e setenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos) no Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2006, referente a 5% do valor do respetivo Auto e destinadas a reforço de caução.
- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços (no valor de 943,04 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **47,15 €** (quarenta e sete euros e quinze cêntimos), correspondente a 5% da referida revisão.
- 4- Nos termos do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (regime jurídico pelo qual decorreu a empreitada), feita a Receção Definitiva de toda a obra, deverão ser restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito e promover-se-á pela forma própria, a extinção da caução prestada.
- 5- Considerando,
 - ter já decorrido o prazo de garantia;
 - que da vistoria efetuada em 15-03-2012, se verificou que os trabalhos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, pelo que foi elaborado o Auto de Receção Definitiva e que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes ao cancelamento da caução e restituição do reforço de caução ao administrador de insolvência da sociedade adjudicatária prestadas através de:

- ✓ Garantia Bancária n.º 06/263/41060 no valor de no valor de **2.176,64 €** (dois mil, cento e setenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos) emitida pelo Banco BPI, S.A., correspondente a 5% do valor da adjudicação;
- ✓ retenção da quantia de **2.176,64 €** (dois mil, cento e setenta e seis euros e sessenta e quatro cêntimos) no Auto de Medição de Trabalhos n.º 1/2006, referente a 5% do valor do respetivo Auto e destinada a reforço de caução.
- ✓ retenção de 5% do valor da Revisão de Preços, na importância de **47,15 €** (quarenta e sete euros e quinze cêntimos).

À consideração superior.

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil

AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e doze, no local onde foram executados os trabalhos que constituem a Empreitada de **“Remodelação/beneficiação dos revestimentos da cobertura das Piscinas Municipais de Samora Correia”**, adjudicada à firma “MATEUS & IRMÃOS, LDA”, no valor 43.532,77 € (quarenta e três mil, quinhentos e trinta e dois euros e setenta e sete cêntimos), excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 30 (trinta) dias, contados da data do Auto de Consignação por despacho superior exarado em quatro de setembro de dois mil e seis, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra a fim de procederem na presença das senhoras Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil e Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil, na qualidade de testemunhas por ausência do senhor Carlos Alberto Vecino Vieira, Administrador de Insolvência da firma Mateus & Irmãos, Lda., ao exame e vistoria de todos os trabalhos então executados que constituíram a empreitada.

Tendo-se verificado que os mesmos não apresentavam deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez pelos quais deva responsabilizar-se o empreiteiro, deliberam considerar a empreitada em condições de ser recebida definitivamente.

E, reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Receção definitiva, lavrado em cumprimento do disposto no artigo 227.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 02 de março (*regime jurídico pelo qual decorreu toda a empreitada*) e que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – CMB

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – CMB

Maria Virgínia Antunes Pinto, engenheira civil – CMB, testemunha

Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – CMB, testemunha

Despacho do vereador Carlos Coutinho:

À reunião. 09-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 16 – EMPREITADA DE “REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ARRUAMENTOS DA FREGUESIA DE SANTO ESTÊVÃO”

*** LIBERAÇÃO DE 30% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 1.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA DE 2 ANOS**

Processo n.º 4.1.1/04-2010

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 213/2012, de 3 de outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 657/2012/JT/SF, datada de 06-09-2012, (registo de entrada n.º 12292, datado de 06-

09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:
Quando o prazo de garantia é de 2 anos, como é o caso, a liberação da caução respeitará o n.º 2 do art. 3.º do DL n.º 190/2012, sendo que no termo do último ano do prazo de garantia ocorrerá sempre a liberação dos valores correspondentes à % remanescente, ou seja:

Plano de Liberação de Cauções		
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar	
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória
2 anos	30%	70%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **1.513,59 €** através de Garantia Autónoma n.º 2010.05053, emitida pela GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Considerando,
- que a receção provisória da obra ocorreu em 13.01.2011;
 - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 2 (dois) anos;
 - ter já decorrido 1 (um) ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
 - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 03-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução em 30% do seu valor, pela redução da Garantia Autónoma n.º 2010.05053, emitida pela GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., na importância de **454,08 € (0,30*1.513,59 €)**, passando a mesma a ter o valor de **1.059,51 € (1.513,59 €-454,08 €)**.

À consideração superior.

Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil

Auto de Vistoria

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 agosto
1.º Ano*

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Reparação de**

pavimentos em arruamentos da freguesia de Santo Estêvão”, adjudicada à firma “PROTECNIL – *Sociedade Técnica de Construções, S.A.*”, no valor de **15.135,85 € (quinze mil, cento e trinta e cinco euros e oitenta e cinco cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 9 (nove) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em cinco de agosto de dois mil e dez, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 2 anos,
- ✓ ter já decorrido 1 (um) ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia,
- ✓ a inexistência de defeitos de obra da responsabilidade do empreiteiro

e ainda

- ✓ o estabelecido nos nºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto,

deliberaram os intervenientes dar por reunidas as condições para se proceder à liberação da caução correspondente ao **1.º ano**, ou seja, **30%** do valor total da caução.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado o presente Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente
Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – C.M. Benavente
João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro

Despacho do vereador Carlos Coutinho:
À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 17 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE SANEAMENTO DE PAVIMENTO EM TROÇOS NA RUA VALE CARRIL, EM FOROS DE ALMADA”

★ **LIBERAÇÃO DE 30% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 1.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.1/11-2010

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 214/2012, de 3 de outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 662/2012/JT/SF, datada de 06-09-2012, (registo de entrada n.º 12292, datado de 10-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **2.125,51 €** através de Garantia Autónoma n.º 2011.00846, emitida pela GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços provisória (no valor de 1.354,35 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **135,44 €**, correspondente a 10% da referida revisão.
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **2.260,95 € (2.125,51 €+135,44 €)**.
- 5- Considerando,
 - que a receção provisória da obra ocorreu em 22.06.2011;
 - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
 - ter já decorrido 1 (um) ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
 - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 03-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 30% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **678,28 € (0,30*2.260,95 €)**,

passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **1.582,67 € (2.260,95 € - 678,28 €)**.

6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:

- redução da Garantia Autónoma n.º 2011.00846, emitida pela GARVAL – Sociedade de Garantia Mútua, S.A na importância de **678,28 €**, passando a mesma a ter o valor de **1.447,23 € (2.125,51 € - 678,28 €)**;

À consideração superior.

Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil

Auto de Vistoria

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 agosto
1.º Ano*

Aos três dias do mês de outubro de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Saneamento de pavimento em troços na Rua Vale Carril em Foros de Almada”**, adjudicada à firma “PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.”, no valor de **21.255,05 € (vinte e um mil, duzentos e cinquenta e cinco euros e cinco cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 9 (nove) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em dezassete de janeiro de dois mil e onze, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos,
- ✓ ter já decorrido 1 (um) ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia,
- ✓ a inexistência de defeitos de obra da responsabilidade do empreiteiro

e ainda

- ✓ o estabelecido nos nºs 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto,

deliberaram os intervenientes dar por reunidas as condições para se proceder à liberação da caução correspondente ao **1.º ano**, ou seja, **30%** do valor total da caução.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado o presente Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente

Maria Manuel Couto da Silva, Engenheira Civil – C.M. Benavente

João Manuel Fernandes Tomás - Representante do empreiteiro

Despacho do vereador Carlos Coutinho:

À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 18 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM CAMADA DE DESGASTE NA RUA DE SÃO MATEUS – FOROS DA CHARNECA”

*** LIBERAÇÃO DE 90% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 4.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.1/05-2008

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 212/2012, de 3 de outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 687/2012/JT/SF datada de 10-09-2012 (registo de entrada n.º 12362, datado de 11-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **2.930,80 €** através da Garantia Autónoma n.º 2008.00406, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.

- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços (no valor de 1.847,31 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **92,36 €**, correspondente a 5% da referida revisão.
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **3.023,16 € (2.930,80 €+92,36 €)**.
- 5- Considerando,
 - que a receção provisória da obra ocorreu em 03.09.2008;
 - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
 - terem já decorrido 4 (quatro) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
 - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 03-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 90% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **2.720,84 € (0,90*3.023,16 €)**, passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **302,32 € (3.023,16 €-2.720,84 €)**.

- 6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:

- redução da Garantia Autónoma n.º 2008.00319, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., na importância de **2.720,84 €**, passando a mesma a ter o valor de **209,96 € (2.930,80 € - 2.720,84 €)**.

À consideração superior.

Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil

Auto de Vistoria

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto
4.º ano*

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste na Rua de São Mateus – Foros da Charneca”**, adjudicada à firma “PROTECNIL - Sociedade Técnica de Construções, S.A.”, no valor de **29.308,00 € (vinte e nove mil, trezentos e oito euros)** excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 4 (quatro) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em dezassete de junho de dois mil e oito, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 4 (quatro) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos **quatro anos** decorridos, **ou seja 90% da caução total**.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente

Maria Manuel Couto da Silva, engenheira civil – C.M. Benavente

João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro

Despacho do vereador Carlos Coutinho:

À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 19 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM CAMADA DE REGULARIZAÇÃO E CAMADA DE DESGASTE NA RUA SOEIRO PEREIRA GOMES, EM SAMORA CORREIA”

LIBERAÇÃO DE 90% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 4.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA

Processo n.º 4.1.1/04-2008

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 211/2012, de 3 de outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 685/2012/JT/SF, datada de 10-09-2012 (registo de entrada n.º 12372, datado de 11-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de

contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **926,80 €** através da Garantia Autónoma n.º 2008.00320, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços (no valor de 631,82 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **31,59 €**, correspondente a 5% da referida revisão.
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **958,39 € (926,80+31,59)**.
- 5- Considerando,
 - que a receção provisória da obra ocorreu em 23.07.2008;
 - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
 - ter já decorrido 4 (quatro) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
 - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 03-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 90% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **862,55 € (0,90*(958.39 €))**, passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **95,84 € (958,39 €-862,55 €)**.

- 6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:
 - redução da Garantia Autónoma n.º 2008.00320, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., na importância de **862,55 €**, passando a mesma a ter o valor de **64,25 € (926,80 € - 862,55 €)**.

À consideração superior.

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil

Auto de Vistoria

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto
4.º ano*

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de regularização e camada de desgaste na Rua Soeiro Pereira Gomes – Samora Correia”**, adjudicada à firma **“PROTECNIL - Sociedade Técnica de Construções, S.A.”**, no valor de **9.268,00 € (nove mil, duzentos e sessenta e oito euros)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 7 (sete) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em vinte e oito de maio de dois mil e oito, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 4 (quatro) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos **quatro anos** decorridos, **ou seja 90% da caução total**.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

*Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente
José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente
João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro*

Despacho do vereador Carlos Coutinho:
À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 20 – EMPREITADA DE “ARRUAMENTOS DO BAIRRO NOSSA SENHORA DE OLIVEIRA, SAMORA CORREIA – REPOSIÇÃO DE PAVIMENTO EM TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM VALAS”

★ LIBERAÇÃO DE 90% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 4.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA

Processo n.º 4.1.1/03-2008

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 210/2012, de 3 de outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 686/2012/JT/SF, datada de 10-09-2012 (registo de entrada n.º 12360, datado de 11-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **2.361,36 €** através da Garantia Autónoma n.º 2008.00321, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços (no valor de 1.609,79 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **80,49 €**, correspondente a 5% da referida revisão.
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **2.441,85 € (2.361,36 €+80,49 €)**.
- 5- Considerando,
 - que a receção provisória da obra ocorreu em 31.07.2008;

- as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
- ter já decorrido 4 (quatro) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 03-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 90% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **2.197,66 € (0,90*(2.441,85 €))**, passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **244,19 € (2.441,85 € - 2.197,66 €)**.

6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:

- redução da Garantia Autónoma n.º 2008.00321, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., na importância de **2.197,66 €**, passando a mesma a ter o valor de **163,70 € (2.361,36 € - 2.197,66 €)**.

À consideração superior.

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil

Auto de Vistoria

*Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto
4.º ano*

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Arruamentos do Bairro Nossa Senhora de Oliveira – Samora Correia – Reposição de pavimento em tapete de betão betuminoso em valas”**, adjudicada à firma “PROTECNIL - Sociedade Técnica de Construções, S.A.”, no valor de **23.613,60 € (vinte e três mil, seiscentos e treze euros e sessenta centésimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 15 (quinze) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em vinte e oito de maio de dois mil e oito, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 4 (quatro) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos quatro anos decorridos, **ou seja 90% da caução total**.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente

João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro

Despacho do vereador Carlos Coutinho:

À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

**Ponto 21 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE BASE DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM CAMADA DE DESGASTE NO LARGO AREPA – PORTO ALTO”
LIBERAÇÃO DE 90% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 4.º ANO DO
PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.1/02-2008

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 208/2012, de 3 de outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 682/2012/JT/SF, datada de 10-09-2012 (registo de entrada n.º 12371, datado de 11-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos termos seguintes:

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Para garantia do exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pelo adjudicatário, foi prestada caução no valor de **615,95 €** através da Garantia Autónoma n.º 2008.00319, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., correspondente a 10% do valor da adjudicação.
- 3- Aquando do pagamento da revisão de preços (no valor de 419,91 €), foi deduzida, para reforço de caução, a quantia de **21,00 €**, correspondente a 5% da referida revisão.
- 4- Assim, o valor total da caução prestada traduz-se na importância de **636,95 € (615,95 €+21,00 €)**.
- 5- Considerando,
 - que a receção provisória da obra ocorreu em 23.07.2008;
 - as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
 - ter já decorrido 4 (quatro) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
 - o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 03-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução referente a 90% dos trabalhos sujeitos a um prazo de garantia de 5 anos no valor de **573,26 € (0,90*(636,95 €))**, passando a mesma (caução e reforço de caução) a ter o valor de **63,69 € (636,95 €-573,26 €)**.

- 6- Para o efeito e face ao montante global, propõe-se:
 - redução da Garantia Autónoma n.º 2008.00319, emitida pela LISGARANTE – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., na importância de **573,26 €**, passando a mesma a ter o valor de **42,69 € (615,95 € - 573,26 €)**.

À consideração superior.

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil

Auto de Vistoria

Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto
4.º ano

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste no largo da AREPA – Porto Alto”**,

adjudicada à firma “PROTECNIL - Sociedade Técnica de Construções, S.A.”, no valor de **6.159,50 € (seis mil, cento e cinquenta e nove euros e cinquenta cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 3 (três) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em vinte e oito de maio de dois mil e oito, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratualmente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 4 (quatro) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos **quatro anos** decorridos, **ou seja 90% da caução total**.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheira civil – C.M. Benavente

João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro

Despacho do vereador Carlos Coutinho:

À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

Ponto 22 – EMPREITADA DE “EXECUÇÃO DE TAPETE DE BETÃO BETUMINOSO EM CAMADA DE DESGASTE EM ARRUAMENTOS DE SAMORA CORREIA E PORTO ALTO”

*** LIBERAÇÃO DE 75% DA CAUÇÃO PRESTADA / TERMO DO 3.º ANO DO PRAZO DE GARANTIA**

Processo n.º 4.1.1/02-2009

Adjudicatário: *PROTECNIL – Sociedade Técnica de Construções, S.A.*

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 207/2012, de 3 de Outubro

Considerada a pretensão formulada pelo adjudicatário através de carta com Ref.^a 715/2012/JT/SF, datada de 11-09-2012 (registo de entrada n.º 12426, datado de 12-09-2012), procedeu-se à vistoria dos trabalhos executados no âmbito da empreitada em referência, cumprindo informar:

- 1- Com a entrada em vigor no dia 27 de agosto de 2012, do DL n.º 190/2012, de 22 de agosto, que veio aprovar o regime excecional e temporário, a vigorar até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas em garantia da execução de contratos de empreitadas de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que delas decorrem para o empreiteiro, passou a ser possível a liberação das cauções decorrido um ano contado da data da receção provisória da obra, devendo ser feita faseadamente, sempre, durante um período de cinco anos contados daquela mesma receção provisória, conforme art. 3.º, n.º 1 e 2, nos seguintes termos,

Plano de Liberação de Cauções					
Prazo de garantia da obra	Valor a liberar				
	1.º ano – após receção provisória	2.º ano – após receção provisória	3.º ano – após receção provisória	4.º ano – após receção provisória	5.º ano – após receção provisória
5 anos	30%	30%	15%	15%	10%

- 2- Nos termos do disposto no art. 3.º n.º 4 do diploma referido no ponto anterior, nas empreitadas celebradas ao abrigo do CCP, cujo prazo de garantia esteja em curso à data da entrada em vigor do presente decreto-lei e em que já tenha tido lugar a liberação parcial da caução, é considerado o montante já liberto, procedendo-se ao acerto necessário para respeitar as percentagens previstas relativas aos anos completos já decorridos.

- 3- De harmonia com o disposto no artigo 295.º n.º 5 do CCP procedeu-se, após o termo do 2.º ano do prazo a que estão sujeitas as obrigações de garantia, à liberação da caução e reforço de caução em 25% dos respetivos montantes, nos seguintes termos:

- redução de 25% da Garantia Bancária n.º 0701.001795.693, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, na importância de **1.488,06 €**, passando a mesma a ter o valor de **4.464,19 € (5.952,25 € - 1.488,06 €)**;

- redução de 25% na retenção efetuada aquando do pagamento da revisão de preços definitiva, na importância de **22,99 €** passando a mesma a ter o valor de **68,95 € (91,94 € - 22,99 €)**,

a que se reportam as Informações D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 226/2011, de 21 de novembro e D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 251/2011, de 07 de dezembro.

4- Considerando,

- que a receção provisória da obra ocorreu em 21-08-2009;
- as obrigações de garantia, sujeitas ao prazo de 5 (cinco) anos;
- terem já decorrido 3 (três) anos do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- o teor e conclusões do Auto de Vistoria efetuado em 03-10-2012, que se submete a conhecimento,

julgam-se reunidas as condições que permitem tomar os procedimentos tendentes à liberação da caução e reforço de caução perfazendo um total de 75% do valor da caução, ao qual deverá ser deduzido o montante de 25% já libertado após o termo do 2.º ano do prazo de garantia, nos seguintes termos:

- redução de 50% da Garantia Bancária n.º 0701.001795.693, emitida pela Caixa Geral de Depósitos 5040000061, na importância de **2.976,12 €**, passando a mesma a ter o valor de **1.488,07 € (4.464,19 € - 2.976,12 €)**;
- redução de 50% na retenção efetuada aquando do pagamento da revisão de preços definitiva, na importância de **45,97 €** passando a mesma a ter o valor de **22,98 € (68,95 € - 45,97 €)**.

À consideração superior.

José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, eng.º civil

Auto de Vistoria

Liberação da caução nos termos do artigo 3.º do D.L. n.º 190/2012, de 22 de agosto
3.º ano

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze e no local onde foram executados os trabalhos que constituem a empreitada de: **“Execução de tapete de betão betuminoso em camada de desgaste em arruamentos de Samora Correia e Porto Alto”**, adjudicada à firma “PROTECNIL - Sociedade Técnica de Construções, S.A.”, no valor de **59.522,50 € (cinquenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois euros e cinquenta cêntimos)**, excluindo o IVA e pelo prazo de execução de 18 (dezoito) dias, contados da data do Auto de Consignação, por despacho superior exarado em sete de maio de dois mil e nove, compareceram os senhores Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador e José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil, na qualidade de representantes do dono da obra, a fim de procederem na presença do representante do adjudicatário, o senhor João Manuel Fernandes Tomás, ao exame e vistoria de todos os trabalhos efetuados no âmbito da empreitada, de forma a promover, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, a liberação da caução prestada e destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações então estabelecidas contratuamente.

Nesse sentido e considerando,

- ✓ as obrigações de garantia sujeitas ao prazo de 5 anos;
- ✓ terem já decorridos 3 (três) anos, do prazo a que estão sujeitas as obrigações de correção de defeitos, ou seja, do prazo de garantia;
- ✓ a inexistência de defeitos da obra da responsabilidade do empreiteiro;

e ainda,

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

- ✓ o estabelecido no n.º 1 e 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto

deliberaram os intervenientes, dar por reunidas as condições, para que se proceda à liberação da caução correspondente aos três anos decorridos, **ou seja 75% da caução total**, ao qual deverá ser deduzido o montante já liberto.

Pelo senhor João Manuel Fernandes Tomás, na qualidade de representante do adjudicatário, foi declarado aceitar os termos em que se acha exarado este Auto e não ter a apresentar quaisquer reclamações ou reservas a este ato, que consubstancia a liberação da caução nos termos contratuais.

E reconhecendo-se nada mais haver para tratar, foi encerrado este Auto de Vistoria, o qual lido em voz alta e achado conforme, vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram, pela ordem da sua menção, determinando o mesmo a entrada em funcionamento.

Manuel Joaquim Quá Isidro dos Santos, vereador – C.M. Benavente
José Hugo Monteiro Rosa de Freitas, engenheiro civil – C.M. Benavente
João Manuel Fernandes Tomás - representante do empreiteiro

Despacho do vereador Carlos Coutinho:
À reunião. 04-10-2012

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar e aprovar a presente informação técnica, devendo ser adotados os procedimentos nela preconizados.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS, EM SAMORA CORREIA”

- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A. estabelecem, uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência numa tomada de decisão

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 15 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

**Ponto Extra 1 - EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 FONTE DOS ESCUDEIROS, EM SAMORA CORREIA”
- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL**

Processo n.º 4.1.2/02-2011

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 223/2012, de 15 de outubro

Considerando que:

- pelo anúncio de procedimento n.º 5828/2011, publicado em Diário da República, n.º 23, II Série, de 30.11.2011 foi lançado o procedimento de contratação pública, concurso público, tendente à adjudicação da obra pública de “Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia”;
- o mesmo procedimento de contratação pública correu os seus trâmites legais e, que, em mereceu tomada de deliberação pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 27.08.2012, com o alcance da obra pública em causa ser adjudicada à firma SECAL – Engenharia e Construção, SA, pelo valor de € 729.982,20, excluindo o IVA, à taxa legal aplicável, pelo prazo de execução de 300 dias;
- após o que foi, em 21.09.2012, feita a respetiva informação de cabimento, nos termos legais aplicáveis;
- entretanto, a deliberação de adjudicação foi comunicada à interessada, mediante o nosso ofício n.º 5.073, de 09.10.2012, estando a correr o prazo legal para apresentação dos documentos legais de habilitação;
- a execução do contrato que será firmado implicará a repartição de encargos financeiros por mais de um ano económico, em valores estimados, já com o IVA legal incluído, no ano de 2012, de € 33.928,00 e no ano de 2013, de € 739.854,00, e
- nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21.02., *a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público - privadas, está sujeita a autorização prévia*, no caso dos municípios, das assembleias municipais,

propõe-se que a presente, bem como o processo relativo ao procedimento concursal, seja remetido à Câmara Municipal para que o órgão executivo tome

deliberação com o sentido de remetê-los à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da invocada norma legal.

À consideração superior.

Maria Manuel Couto da Silva, eng.^a civil
Ana Carla Ferreira Gonçalves, jurista

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade solicitar prévia autorização à Assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei n.º 8/2012, de vinte e um de fevereiro.
A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 N.º 1 DE BENAVENTE”

- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, e o art. 19.º do Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro - Código do Procedimento Administrativo - C.P.A. estabelecem, uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- A urgência numa tomada de decisão

proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 15 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

Ponto Extra 2 - EMPREITADA DE: “AMPLIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA EB1 N.º 1 DE BENAVENTE”

- AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL

Processo n.º 4.1.2/01-2011

Informação D.M.O.M.A.S.U.T. n.º 222/2012, de 15 de outubro

Considerando que:

- pelo anúncio de procedimento n.º 5830/2011, publicado em Diário da República, n.º 23, II Série, de 30.11.2011 foi lançado o procedimento de contratação pública, concurso público, tendente à adjudicação da obra pública de “Ampliação e Requalificação da EB1 n.º 1 de Benavente”;
- o mesmo procedimento de contratação pública correu os seus trâmites legais encontrando-se atualmente em fase de audiência prévia dos concorrentes relativa ao Relatório Final elaborado em 04.10.2012;
- o preço base do concurso público é de € 1.223.750,00;
- a execução do contrato que será firmado, previsivelmente, ainda este ano, implicará a repartição de encargos financeiros por mais de um ano económico em valores estimados, já com o IVA legal incluído, no ano de 2012, de € 13.050,00 e no ano de 2013, de € 1.284.125,00, e
- nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6.º da lei n.º 8/2012, de 21.02., *a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público - privadas, está sujeita a autorização prévia, no caso dos municípios, das assembleias municipais,*

propõe-se que a presente, bem como o processo relativo ao procedimento concursal, seja remetido à Câmara Municipal para que o órgão executivo tome deliberação com o sentido de remetê-los à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, nos termos da invocada norma legal.

À consideração superior.

Maria Manuel Couto da Silva, eng.ª civil

Ana Carla Ferreira Gonçalves, jurista

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade solicitar prévia autorização à Assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei n.º 8/2012, de vinte e um de fevereiro.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

03.06- Conservação, Manutenção e Limpeza Urbana

Ponto 23 – ABATE E REPLANTAÇÃO DE ARVOREDO URBANO NA QUINTA DA PALMEIRA, EM BENAVENTE

Submete-se para apreciação do Executivo a informação do Arquiteto Paisagista Fernando Graça, relativa ao assunto supra.

Igualmente se anexa o relatório final e respetiva deliberação tomada sobre o assunto.

Informação

Na sequência da deliberação da reunião de Câmara de 27 de agosto de 2012, quanto ao resultado da realização de uma poda rasa nas amoreiras da urbanização da Quinta da Palmeira, em Benavente, cabe informar o seguinte:

- a realização de podas rasas é uma medida de condução excecional, a que se deve recorrer em casos particulares;
- no município têm vindo a ser realizadas podas rasas no arvoredo de arruamento, nomeadamente em plátanos e choupos, até que surja a oportunidade de substituição do dito arvoredo por espécies consentânea;
- assim, julga-se que no presente caso se aplica tal excecionalidade, tendo em conta que se prevê, a prazo, realizar a dita substituição de espécies;
- do ponto de vista técnico, os trabalhos de poda preconizados deverão ser realizados por pessoal habilitado, utilizando as técnicas e condições de segurança preconizadas para tais trabalhos, devendo os trabalhos serem acompanhados por técnico e ser presente aos podadores que não se trata de uma poda *de decote*.

À consideração superior.

Benavente, 3 de setembro de 2012

Fernando Luís Silva Graça, arquiteto paisagista

A informação do arquiteto paisagista Fernando Luís Silva Graça mereceu a seguinte apreciação na reunião da Câmara Municipal de 17/09:

“DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE propôs que a presente informação seja anexada à anterior deliberação do Executivo, para posterior tomada de decisão.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor presidente da Câmara Municipal.”

“ABATE E REPLANTAÇÃO DE ARVOREDO URBANO, NA URBANIZAÇÃO QUINTA DA PALMEIRA, EM BENAVENTE – RELATÓRIO FINAL

Requerentes: Vinte moradores da Urbanização Quinta da Palmeira (abaixo-assinado)

1. Identificação do pedido

Solicitação de abate das amoreiras plantadas no passeio em frente às habitações dos requerentes e replantação de árvores de outra espécie, que não causem os transtornos apontados no abaixo-assinado.

2. Resumo dos procedimentos

Na sequência da receção do abaixo-assinado, feito por vinte moradores da Urbanização Quinta da Palmeira no dia 05 de junho de 2012, foi elaborada informação técnica pelo Arquiteto Paisagista Fernando Graça, em 08 de junho de 2012, onde se propunha, após consulta aos moradores, a substituição do dito arvoredor por outra espécie mais consentânea com o local e que não levantasse os atuais problemas, apontando-se como alternativa a plantação de “Acer Negundo”.

A proposta foi submetida à apreciação do Executivo em reunião ordinária, realizada no dia 11 de junho de 2012, resultando a deliberação que se transcreve:

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e manifestar a intenção de proceder de acordo com o preconizado na mesma, devendo proceder-se à audiência dos moradores, nos termos do disposto no art. 100,º do Código de Procedimento Administrativo (C.P.A.).

Em cumprimento com o deliberado pelo Executivo, procederam os serviços à elaboração do Edital N.º 144/2012, datado de 21 de junho, o qual foi publicado, no dia 04 de julho de 2012, no Jornal “Voz Ribatejana” e publicitado nos lugares públicos de estilo, para que todos os interessados se pronunciassem sobre a proposta formulada.

O término do prazo estipulado no edital n.º 144/2012 ocorreu em 18 de julho de 2012, acusando-se a receção dos ofícios que abaixo de transcrevem:

Concorda com a proposta:

- Ofício assinado pelo morador no lote 31, Sr. António Jorge Nunes Adolfo, de 26 de junho, registo de entrada n.º 8968, de 28/06/2012.

Não concordam com a proposta:

- Ofício assinado pelas moradoras nos lotes 19 e 20, Mónica do Carmo Nunes Mendes e Marta Andreia Nunes Mendes, de 03 de julho, registo de entrada n.º 9221, de 04/07/2012;

- Email da moradora no lote 21, Lourdes Carrapito, de 03 de julho, registo de entrada n.º 9215, de 04/07/2012;

- Email do morador no lote 22, de 03 de julho, registo de entrada n.º 9222, de 04/07/2012

3. Proposta de decisão

Face ao exposto, e decorrido o prazo estabelecido para audiência dos interessados, encontra-se a Câmara Municipal de Benavente em condições de deliberar sobre a proposta formulada.

Submete-se à consideração superior.

Benavente, 31 de julho de 2012

Gabinete de Apoio ao presidente, Clarisse Castanheiro

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE disse crer que a Câmara Municipal deve tentar encontrar uma solução alternativa ao abate das árvores em apreço, que poderá eventualmente passar pela apanha dos frutos duma só vez, atendendo a que as amoreiras dão o seu contributo ambiental e são excelentes para a qualidade de vida dos moradores.

O SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO referiu que se trata de árvores com cerca de dez a quinze anos, sendo certo que, em sua opinião, o arquiteto que as definiu para o local cometeu um erro de avaliação, porque não era a espécie adequada para aquele espaço.

Reconheceu que procedendo-se ao abate das árvores, decorrerão muitos anos até que exista novamente toda aquela configuração das copas. Contudo, as amoreiras continuarão a crescer, sendo do conhecimento geral que se trata de árvores que, ao longo dos anos, se desenvolvem de forma muito significativa, potenciando o problema atual.

Disse que apesar de, em sua opinião, a Câmara Municipal dever proceder ao abate das árvores, retirar o raizame e plantar novas espécies, não existem condições financeiras para poder fazer esse trabalho, cujos custos devem ser elevados.

O SENHOR PRESIDENTE propôs que a Câmara Municipal solicite ao arquiteto paisagista que informe acerca do resultado que poderá ser obtido com uma poda rasa.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal.”

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR PRESIDENTE propôs que o presente ponto seja retirado da Ordem do Dia.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade retirar o presente ponto da Ordem do Dia.

04- Divisão Municipal de Obras e Planeamento Urbanístico e Desenvolvimento

04.01- Subunidade Orgânica de Obras Particulares

LICENCIAMENTO DA EDIFICAÇÃO

Os pontos 24 e 25 da Ordem do Dia foram apreciados em conjunto.

Ponto 24 – OPERAÇÃO URBANÍSTICA: LICENÇA ADMINISTRATIVA / LEGALIZAÇÃO DE ALTERAÇÕES / INDÚSTRIA

Processo n.º 264/2007

Requerente: Cabena - Cabinas de Benavente, Lda.

Local: E.N. 118 - Benavente

Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 04-10-2012

Vem a firma requerente, pelo registo n.º 13268, de 26-09-2012, solicitar a isenção da Taxa Municipal de Urbanização relativa à legalização de alterações no local acima indicado, pelas razões a seguir expostas:

“... 1 – a crise que o nosso país atravessa;

2 – a Cabena – cabinas de Benavente, Lda. representa uma relevante importância socioeconómica para o concelho, tendo atualmente ao seu serviço 32 trabalhadores;

3 – trata-se de uma legalização de uma ampliação aos edifícios fabris construídos em 1986...”

A titular não faz qualquer referência quanto à sua atual situação financeira.

Analisado o assunto, cumpre informar:

- O presente processo de licenciamento refere-se à legalização de alterações de edifício de indústria, que a titular levou a efeito na E.N. 118, em Benavente;
- A requerente tem sede na Estrada Nacional 118, Km 39,8 freguesia de Benavente, conforme consta na certidão do registo comercial, anexa;
- É apresentada cópia da declaração de remunerações enviada mensalmente á Segurança Social, relativa a 32 trabalhadores que a requerente tem ao seu serviço;
- A taxa municipal de urbanização importa em 2.027,50 € (dois mil, vinte e sete euros e cinquenta cêntimos);
- De acordo com a alínea a), do n.º 2 do art. 12.º do Regulamento de Taxas do Município de Benavente, estão isentos do pagamento os equipamentos ligados a atividades industriais, comerciais, serviços, agrícolas, pecuárias que, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, venham a ser reconhecidas de interesse ou relevância económica para o Município

- De referir que o critério da Câmara Municipal em situações similares, tem sido de considerar de interesse ou relevância económica para o Município os equipamentos ligados a atividades industriais, comerciais, agrícolas, pecuárias e turísticas, cuja instalação resulte, no mínimo, a criação de quinze postos de trabalho e as respetivas sedes sociais se situem na área do município.

Face ao exposto e tendo em conta não ter sido apresentada prova documental que esclareça a atual situação financeira da empresa, coloca-se à consideração superior o deferimento do pedido tal como se apresenta, ou, antecedendo uma tomada de decisão, a notificação da requerente para apresentar o documento acima citado.

A assistente técnica, Margarida Pereira

Parecer:	Despacho:
Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto.	À reunião.
08 out. 2012	2012OUT09
O chefe da D.M.O.P.U.D.	O vereador

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou que no âmbito de um processo de legalização encetado pela Cabena - Cabinas de Benavente, Lda. no ano de dois mil e sete, a requerente vem pedir a isenção da Taxa Municipal de Urbanização, apresentando para tal o argumento de que tem atualmente ao seu serviço trinta e dois trabalhadores e que se trata duma legalização de ampliação dos edifícios fabris construídos em oitenta e seis. Considerando o critério que a Câmara Municipal tem adotado para a isenção da Taxa Municipal de Urbanização, e em virtude de se tratar duma legalização, propôs que o Executivo isente da referida taxa, nos termos e com os fundamentos que são apresentados.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 25 – OPERAÇÃO URBANÍSTICA: LICENÇA ADMINISTRATIVA / AMPLIAÇÃO DE PAVILHÃO INDUSTRIAL

Processo n.º 825/2008

Requerente: CABENA - Cabinas de Benavente, Lda.

Local: E.N. 118, Fazendas Novas - Benavente

Informação da Subunidade Orgânica de Obras Particulares, de 01-10-2012

Vem a firma requerente, pelo registo n.º 13269, de 26-09-2012, solicitar a isenção da Taxa Municipal de Urbanização relativa à ampliação sita no local acima indicado, pelas razões a seguir expostas:

“... 1 – a crise que o nosso país atravessa;

2 – a Cabena – cabinas de Benavente, Lda. representa uma relevante importância socioeconómica para o concelho, tendo atualmente ao seu serviço 32 trabalhadores;

A titular não apresenta prova documental relativamente ao número de trabalhadores ao seu serviço, nem faz qualquer referência quanto à sua atual situação financeira.

Analisado o assunto, cumpre informar:

- O presente processo de licenciamento refere-se à ampliação de pavilhão industrial, que a requerente vai levar a efeito na E.N. 118, em Benavente;

- A requerente tem sede na Estrada Nacional 118, Km 39,8 freguesia de Benavente, conforme consta na certidão do registo comercial, anexa;

- É apresentada cópia da declaração de remunerações enviada mensalmente à Segurança Social, relativa a 32 trabalhadores que a requerente tem ao seu serviço;

- A taxa municipal de urbanização importa em 10.890,00 € (dez mil, oitocentos e noventa euros);

- De acordo com a alínea a), do n.º 2 do art. 12.º do Regulamento de Taxas do Município de Benavente, estão isentos do pagamento os equipamentos ligados a atividades industriais, comerciais, serviços, agrícolas, pecuárias que, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, venham a ser reconhecidas de interesse ou relevância económica para o Município.

- De referir que o critério da Câmara Municipal em situações similares, tem sido de considerar de interesse ou relevância económica para o Município os equipamentos ligados a atividades industriais, comerciais, agrícolas, pecuárias e turísticas, cuja instalação resulte, no mínimo, a criação de quinze postos de trabalho e as respetivas sedes sociais se situem na área do município.

Face ao exposto e tendo em conta não ter sido apresentada prova documental que esclareça a atual situação financeira da empresa, coloca-se à consideração superior o deferimento do pedido tal como se apresenta, ou, antecedendo uma tomada de decisão, a notificação da requerente para apresentar o documento acima citado.

A assistente operacional, Maria Manuela Ildefonso Raquel

Parecer: Face ao teor da informação, coloca-se à consideração superior a decisão a tomar sobre o assunto. 08 out. 2012 O chefe da D.M.O.P.P.U.D.	Despacho: À reunião. 2012OUT09 O vereador
---	--

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA referiu que a requerente apresenta a mesma fundamentação para a isenção da Taxa Municipal de Urbanização, desta feita no que concerne à ampliação de um pavilhão industrial, pelo que considerando igualmente o critério que a Câmara Municipal tem adotado, propôs que o Executivo isente da referida taxa, nos termos e com os fundamentos que são apresentados.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 26 – LEGALIZAÇÃO DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÕES A EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO E ESTABELECIMENTO / PROJETOS DAS ESPECIALIDADES

Processo n.º 1693/2010

Requerente: Maria Custódia Pereira Rodrigues Rosa

Local: E.M. 515, 36 - Foros da Charneca - Benavente

Presente para análise após visita do Executivo ao local

Informação Técnica de Gestão Urbanística, de 19-06-2012

Refere-se o presente processo ao pedido de licenciamento para a legalização de alterações de um edifício, que a requerente levou a efeito no local acima indicado. A requerente pretende ainda alterar o uso do edifício de habitação/mercearia para habitação e restauração.

O projeto de arquitetura foi aprovado, por despacho exarado em 06/07/2011.

Na sequência da anterior informação de Gestão Urbanística, foi solicitado pelo senhor Vereador Miguel Cardia a “....reapreciação do processo, devidamente contextualizado no critério adotado em processo análogo ao presente.”

Dando resposta ao despacho do senhor vereador Miguel Cardia, foi reanalisado o processo, porém não foi encontrada similitude com qualquer outro processo, devido ao facto:

- da presente operação urbanística dizer respeito a legalização de alterações de um edifício e à alteração de uso de habitação/mercearia para habitação e restauração;
- de se aplicar o disposto no artigo 19.º - Licenciamento ou Comunicação Prévia de Edifícios Existentes - do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação, no que diz respeito à exceção da obrigatoriedade de entrega dos projetos das especialidades;

- que numa exposição entregue em 17/10/2010 é referido que as alterações foram efetuadas em 2004 e 2009/2010.

Assim, entendo, salvo melhor opinião, que se mantem o teor da anterior informação técnica e como tal dever-se-á reiterar junto da requerente a entrega dos elementos em falta, conforme solicitado através do ofício n.º 2056/2012, de 23/04.

À consideração superior.

Vasco Feijão, técnico superior – engenheiro civil

Parecer:	Despacho:
	Homologo. Notifique-se.
	2012JUN20
O chefe da D.M.O.P.P.U.D.	O vereador

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA transmitiu que na visita efetuada ao local, o Executivo pôde constatar que efetivamente se trata dum edifício de habitação e restauração e bebidas isolado, sem qualquer outro edifício próximo ou ligado a si.

Observou que a obra foi licenciada em mil novecentos e sessenta e sete como habitação, café e mercearia, mantendo ainda hoje característica daquela época, nomeadamente habitação do proprietário imediatamente ao lado do estabelecimento comercial, tendo sido efetuadas ao longo dos anos algumas alterações, que se traduzem numa melhoria funcional do edifício.

Acrescentou que o proprietário pretende agora legalizar as alterações efetuadas, bem como alterar o uso de habitação e mercearia para habitação e restauração.

Crê ter sido bem visível o esforço que foi feito para melhorar as condições dum estabelecimento que foi licenciado em mil novecentos e sessenta e sete, e que atualmente mantém condições para continuar a funcionar com qualidade, estando apenas em causa a exigência técnica do projeto de condicionamento acústico e a respetiva avaliação acústica para um estabelecimento daquela natureza e com aquela especificidade.

Propôs que a Câmara Municipal dispense a apresentação do projeto de condicionamento acústico e a exigência da avaliação acústica, em momento posterior, em virtude de se tratar, no essencial, de alterações interiores tais como reforço de paredes, alterações de vãos, portas e janelas.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade, e após visita do Executivo ao local, aprovar a proposta do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO

Ponto 27 – ESTABELECIMENTO COMERCIAL – AUTORIZAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE UTILIZAÇÃO – JUNÇÃO DE ELEMENTOS

Processo n.º 269/2012

Requerente: Henrique Santos Pires

Local: R. Almirante Cândido Reis, 52 - A, Samora Correia

Presente para análise após visita do Executivo ao local

Informação técnica de Gestão Urbanística, de 2012.09.05

Através de requerimento com registo de entrada n.º 3719/2012, de 13 de março, vem na presente a requerente solicitar alteração de utilização, nos termos definidos pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, com posterior alteração.

Após a nossa anterior informação técnica de 09 de junho de 2012, vem na presente o requerente mandar juntar ao processo novos elementos para a análise, através de requerimento com registo de entrada n.º 10 529/2012, de 31 de julho.

Reapreciada a pretensão, informa-se:

1 – ARQUITETURA

1.1. Compulsados os elementos apresentados, foi reapreciada a pretensão, tendo-se concluído:

a) De acordo com alegações do técnico autor do projeto de arquitetura, foram introduzidas alterações em relação ao projeto aprovado, mas que não implicaram a alteração à estrutura do edifício;

b) Foi apresentado levantamento fotográfico das construções confinantes com o edifício conforme solicitado;

c) No que diz respeito ao incumprimento de algumas disposições do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, o técnico apresenta uma exposição com a justificação dos factos, bem como procede a correções ao projeto materializadas nas peças desenhadas apresentadas.

Não obstante, regista-se que a habitação mantém o incumprimento do n.º 1 do artigo 68.º e do artigo 84.º do RGEU, que se reporta respetivamente à área mínima da instalação sanitária da habitação e à ausência de uma banheira.

2 - ENGENHARIA

2.1 – Projeto da Rede Predial de Abastecimento de Água – Tela Final
À responsabilidade do técnico autor.

2.2 - Projeto da Rede Predial de Drenagem das Águas Residuais Domésticas – Tela Final
À responsabilidade do técnico autor.

2.3 – Projeto de Estabilidade
Conforme solicitado, foi entregue termo de responsabilidade subscrito pelo Agente Técnico de Arquitetura e Engenharia Filipe Godinho, no qual este declara que se responsabiliza pelos aspetos estruturais do edifício.

Conclusões

Considerando que a habitação mantém o incumprimento do n.º 1 do artigo 68.º e do artigo 84.º do RGEU, que se reporta respetivamente à área mínima da instalação sanitária da habitação e à ausência de uma banheira, submete-se à consideração superior o deferimento do pedido de autorização de alteração de utilização, formulado pelo requerente.

À consideração superior.

Cristina Vieira, técnica superior - arquiteta
Vasco Feijão, técnico superior - eng.º civil

Parecer:	Despacho:
	À reunião. (o edifício foi construído em 1961)
	2012SET07
O chefe da D.M.O.P.P.U.D.	O vereador

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA observou tratar-se de um pedido de alteração de uso para um edifício bastante antigo, sendo que à luz das normas atuais, os serviços técnicos apontam para o incumprimento de duas normas do Regulamento Geral das Edificações Urbanas que se reportam, respetivamente, à área mínima da instalação sanitária da habitação e à ausência duma banheira.

Crê que todo o Executivo pôde constatar que se trata dum edifício construído em mil novecentos e sessenta e um e em cujo rés-do-chão, em virtude das contingências evolutivas da vida, há atualmente necessidade de instalar uma atividade que carece de licenciamento específico, pelo que propôs que a Câmara Municipal aceite o projeto tal e qual como se apresenta, uma vez que dada a exiguidade do primeiro andar, é materialmente impossível corresponder às exigências do Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade, e após visita do Executivo ao local, aprovar a proposta do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

INFORMAÇÃO SIMPLES NOS TERMOS DO ARTIGO 110.º DO DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES

Ponto 28 – VIABILIDADE DE INSTALAÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL DE PRAIA, COM TENDA INSUFLÁVEL, DE CAMPO DE PAINTBALL E DE ANEXOS (TELHEIROS) EM MADEIRA PARA APOIO / ADMISSIBILIDADE DO USO PRETENDIDO NA CLASSE DE ESPAÇO URBANO, ÁREA URBANIZADA VERDE AGRÍCOLA

Processo n.º 210/2012

Deliberação tomada pela câmara municipal em reunião datada de 06.08.2012

Requerente: João Manuel Reis Massano

Assunto: Viabilidade de instalação de campo de futebol de praia, com tenda insuflável, de campo de paintball e de anexos (telheiros) em madeira para apoio / Admissibilidade do uso pretendido na classe de Espaço Urbano, Área Urbanizada Verde Agrícola

Local: Estrada da Samorena, 76, Arneiro dos Pilares, freguesia de Samora Correia

Informação n.º 119/2012, de 04 de outubro

Em cumprimento da deliberação tomada pela Câmara Municipal na sua reunião ordinária do dia 06.08.2012, cumpre informar:

1. A pretensão em análise traduz pedido de informação simples sobre a viabilidade de instalação de campo de futebol de praia, com tenda insuflável, de campo de

paintball e de anexos (telheiros) em madeira para apoio no local em título.

2. E, foi objeto de análise em sede das informações técnicas de Gestão Urbanística, de 19.06.2012 e de 26.07.2012, das quais decorrem, de ora relevante, que:
 - a parcela de terreno insere-se, face ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Benavente (RPDMB), em duas categorias do Espaço Urbano, a saber: numa faixa de comprimento de 70m a partir do eixo da via pública, ao longo da mesma via, em Espaço Urbano, Área Urbanizada Habitacional, Zona a Reabilitar e na restante área em Espaço Urbano, Área Urbanizada Verde Agrícola;
 - a disciplina regulamentar do RPDMB aplicável é a prevista nos artigos 9.º, 10.º e 11.º n.º 5 (por existir infraestruturação;
 - *No Regulamento do PDMB não existem índices específicos para a edificação aplicados ao espaço urbano*, devendo, todavia, ser considerada a aplicação do seu art. 12.º;
 - o uso pretendido não merece enquadramento nos usos admitidos para a categorias de Espaço Urbano, Área Urbanizada Verde Agrícola, por não tratar de *utilização agrícola complementar da população residente*, sendo, assim, a pretensão inviável;
 - caso a pretensão seja concretizada em Espaço Urbano, Área Urbanizada Habitacional, deve a Câmara Municipal pronunciar-se sobre essa possibilidade *uma vez que o regulamento do PDMB, para o local, não exclui a hipótese de implantar outros usos para além de equipamento, habitação e comércio.*
3. Sujeitos os pareceres técnicos de Gestão Urbanística à apreciação da Câmara Municipal foi, em 06.08.2012, deliberado, por unanimidade, remeter o processo para parecer jurídico incidente sobre a admissibilidade do uso pretendido na Área Urbanização Verde Agrícola. O que se faz em seguida:
 - 3.1. De acordo com o RPDMB, o espaço urbano, *caracterizado pelo elevado nível de infraestruturação urbana e densidade populacional, onde o solo se destina predominantemente à edificação e ... constituído pelo conjunto coerente de edificações multifuncionais, desenvolvido segundo uma rede viária estruturante, destinado ao uso urbano, nele se englobando o espaço urbano já consolidado e em complemento, ou a reabilitar, ou a beneficiar, incluído no perímetro urbano de uma área urbana* – cfr. n.ºs 1 e 2 do art. 8.º do RPDMB.
 - 3.2. E subdivide-se em duas categorias: a área urbanizada⁶, que comporta subcategorias, onde se concentram as infraestruturas e as edificações que acolhem os principais usos e atividades a urbe e a área urbanizada verde na qual é interdita a *construção de infraestruturas urbanísticas*, as edificações (e, com uma exceção que mais adiante se indicará) e o loteamento urbano.
 - 3.3. Na área urbanizada importa evidenciar a subcategoria área urbanizada habitacional *correspondente ao espaço urbano onde se implanta predominantemente habitação, equipamento e comércio local, ocupando uma área igual ou superior a 70% da área urbanizada* – cfr. al, b) do n.º 2 do citado art. 9.º.
 - 3.4. E na área urbanizada verde cumpre destacar a subcategoria área urbanizada verde agrícola *correspondente ao espaço urbano constituído ou a constituir em domínio privado, para utilização agrícola complementar da população residente, onde se poderá admitir como exceção o licenciamento de edificação, conforme o estabelecido no n.º 5 do artigo 11.º ou no artigo 32.º deste Regulamento* – cfr. al. c) do n.º 3 do citado art. 9.º.

⁶ Categoria de espaço onde é autorizada a construção de infraestruturas urbanísticas e edificações através do licenciamento municipal de loteamento e de construção – corpo do n.º 2 do art. 9.º do RPDMB que tem como epígrafe *Categorias de espaço urbano*.

- 3.5. Consoante o grau de desenvolvimento e integração na estrutura urbana, o art. 10.º do RPDMB distingue três zonas: *zona a preservar* - a de maior valor cultural, ambiental e urbano, *zona consolidada* – com estrutura urbana *bem caracterizada onde é autorizada a construção nos espaços intersticiais ainda não preenchidos, com manutenção dos arruamentos e tendo em conta as características tipológicas e volumétricas, designadamente quanto à cércea e número de pisos, da envolvente construída, com a qual se tem que harmonizar e zona a reabilitar* com estrutura urbana *mal definida, a sujeitar a ações que visem a sua reabilitação*
- 3.6. O interesse que foi considerado à criação da subcategoria de espaço área urbanizada verde agrícola é “... a chamada agricultura urbana e periurbana, fator de suporte das populações, mormente oriunda de meios rurais, que demandam a cidade e mesmo de sustentabilidade da própria cidade.”⁷, ou seja, está em causa uma área pensada para manter características semirrurais.
- 3.7. A este passo importa referir que na versão do “...Volume I do Projeto de PDM “...datada de Dezembro de 1994 (sob o título de “Regulamento do PDM de Benavente”), já surgia a designação de área urbanizada verde agrícola, com a seguinte caracterização (pág. 17): «correspondente ao Espaço Urbano constituído ou a constituir em domínio privado, para utilização agrícola complementar da população residente, onde se admite como exceção o licenciamento de edificação conforme estabelecido no art 32.º» destaques nossos. Perspetiva-se assim a edificação isolada, nos termos em que esta era, segundo a proposta, passível de licenciamento no espaço agrícola.”⁸.
- 3.8. E que “Na versão de Junho de 1995, a redação da al^a c) do n.º 3 do art 9.º já era a que veio a ser aprovada, com remissão para o estabelecido no n.º 5 do art. 11.º “e” no art 32.º.”⁹.
- 3.9. Segundo as regras da correta interpretação jurídica que ressaltam do art. 9.º do Código Civil, e acolhendo o exposto no parecer jurídico que vem citado supra nas notas de rodapé nos pontos 3.6. a 3.8. quando clarifica a interpretação da citada al. c) do n.º 3 do art. 9.º do RPDMB, tem-se que:
- “... a remissão que a al^a c) do n.º 3 do art. 9.º faz para o n.º 5 do art 11.º só ganha justificação em relação aos terrenos servidos das infraestruturas a que o mesmo preceito alude (arruamento, rede de iluminação pública, distribuição de energia elétrica e abastecimento de água), isto é, que já tenham função urbana.” e que tal remissão, no caso de edificação a erigir em parcela de terreno não resultante de operação de destaque, se limita ao n.º 5 do art. 11.º e já não ao n.º 1, para que aquele n.º 5 também remete, para regular o loteamento, o que corresponde a uma interpretação declarativa restritiva da norma em causa.
 - quando se trate de terreno de feição rural, não infraestruturado a mesma remissão do art. 9.º, n.º 3, al. c) opera para o art. 32.º.
- 3.10. Sem prejuízo do que se acabou de considerar e atendendo em especial ao que se opinou supra em 3.4. e 3.6. a 3.8. incluso, mais, sabendo que a remissão em causa não é para o regime dos usos previstos nas normas para que remete, entendemos, enquanto critério orientador-interpretativo, quanto à

⁷ A partir daqui acompanha-se o entendimento vertido no parecer jurídico emitido pelo excelso Dr. Marino Vicente, em maio de 2010, intitulado AS NORMAS CONFORMADORAS DO LOTEAMENTO, DO DESTQUE E DA EDIFICAÇÃO NO ESPAÇO URBANO, SEGUNDO O PLANO DIRECTTOR MUNICIPAL DE BENAVENTE -O REGIME DAS OPERAÇÕES DE LOTEAMENTO E O DESTAQUE – A EDIFICAÇÃO NA SUBCATEGORIA DE ESPAÇO URBANO DESIGNADA COMO ÁREA URBANIZADA VERDE AGRÍCOLA, EM PRÉDIO PREEXISTENTE E EM PARCELA DE TERRENO RESULTANTE DE DESTQUE

⁸ Ibidem.

⁹ Ibidem.

matéria de que ora nos ocupamos, a admissibilidade do concreto uso em terreno inserto em *área urbanizada verde agrícola*, fulcral trazer o mesmo art. 32.º do RPDM, expondo que:

- em Espaço Agrícola o uso geral dominante é a produção agrícola e pecuária e o mesmo *abrange os solos de elevada aptidão agrícola ... os solos que ... obtenham essa aptidão ... e ainda os solos que por qualidades intrínsecas ou localização particular tenham interesse para atividades agrícolas e pecuárias específicas* – cfr. art. 29.º, n.ºs 1 e 2 do RPDMB;
- classe de espaço onde é admitido a título excecional o licenciamento de edificação, entre outros, de habitação, de vários tipos de estabelecimentos de turismo, relacionados com o turismo rural ou de habitação, bem como de estabelecimentos de restauração e bebidas, de equipamento coletivo, em parcelas de terreno com área igual ou superior a 1 ha ou 0,50 ha se já constituída e registada como prédio autónomo à data da publicação do RPDMB vigente, respeitados que sejam determinados parâmetros urbanísticos – cfr. n.ºs 2 e 4 a 6 do citado art. 32.º.

- 3.11. Com o que se demonstra, salvo melhor opinião, que, por argumento de maioria de razão, é inadmissivelmente restritivo entender-se que todos os usos essencialmente urbanos que, ainda que a título excecional, sem expectativa de futura urbanização e obrigados a parâmetros urbanísticos exigentes, são permitidos e, assim tidos como não prejudiciais ao uso geral dominante em Espaço Agrícola - usos próprios, caracterizadores e definidores da classe de Espaço Urbano, como acima se evidenciou no ponto 3.1. - não possam ser concretizados em área urbanizada verde agrícola, subcategoria da classe de Espaço Urbano, integrada nos perímetros urbanos das áreas urbanas do Município e em que se admite a edificação excecional, desde que sejam salvaguardadas as suas características semirrurais, a agricultura urbana e periurbana que visa sustentar e os parâmetros urbanísticos aplicáveis.
- 3.12. O que foi já admitido pela CCDD-LVT, designadamente, no processo de licenciamento municipal das obras de construção do recente Quartel dos Bombeiros Voluntários de Samora Correia, admitindo a ocupação da *área urbanizada verde agrícola* com a edificação desse equipamento coletivo.
- 3.13. Na situação concreta estamos perante uma pretensão que respeita a um uso que não está nomeado nas citadas normas do RPDMB, todavia, corresponde ao desenvolvimento de atividade lúdico-desportiva, serviço que será contratualizado pelo requerente com o público, sua clientela, uso, na essência, urbano, da cidade.
- 3.14. Quanto ao aludido nas informações técnicas da Gestão Urbanística quanto à interpretação da disciplina do RPDMB quanto à subcategoria área urbanizada habitacional – zona a reabilitar é para nós evidente a leitura que fazemos dos seus arts. 9.º, em especial do seu n.º 2, al. b) e 10.º, n.º 1 al. c), a saber: na ocupação do Espaço Urbano, não-de prevalecer ou dominar as utilizações de habitação, equipamento, serviços, comércio local (ou tradicional) e indústria (tipos de indústrias ambientalmente menos gravosas) – daí o ter-se empregue, repetidamente, na letra das normas o vocábulo predominantemente –, contudo, em casos devidamente justificados não estão afastadas outras utilizações que sempre terão que ser consonantes ou conexas com aquelas e atender às concretas envolventes, o que deverá ser expressamente admitido pela Câmara Municipal, mediante deliberação.

4. Concluindo-se, atentos a tudo o que antes se excursou, somos da opinião de que o uso que encerra a pretensão em análise é viável ser concretizado em qualquer das duas subcategorias do Espaço Urbano em causa, mediante tomada de deliberação pela Câmara Municipal.

Ana Carla Ferreira Gonçalves, técnica superior, jurista

Despacho do senhor presidente da Câmara Municipal: *Ao V. M. Cardia.*

Despacho do senhor vereador do Pelouro: *À reunião. 2012 OUT 09*

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA recordou que face às dúvidas suscitadas pela informação técnica do setor de Gestão Urbanística, na reunião de seis de agosto a Câmara Municipal deliberou que o Apoio Jurídico pudesse avaliar a viabilidade da existência da atividade pretendida na Área Urbanizada Verde Agrícola, que se prolonga para lá dos setenta metros de profundidade do terreno em apreço, a partir do arruamento adjacente.

Acrescentou que a informação jurídica aponta para a possibilidade de o uso em causa ser viável em qualquer uma das subcategorias de espaço urbano sobre as quais o terreno está implantado.

Nessa conformidade, propôs que a Câmara Municipal homologue a informação e manifeste, desde já, a intenção de aceitar o carácter excecional da atividade em Espaço Agrícola aquando do licenciamento.

O SENHOR PRESIDENTE considerou que a presente análise jurídica se prende com a capacidade de uso do solo, devendo ser apenas sobre isso que a Câmara Municipal se deve pronunciar.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação jurídica e transcrever o seu teor ao requerente.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

RECLAMAÇÕES

Ponto 29 – RECLAMAÇÃO / CHAMINÉ / EMISSÃO DE FUMOS / MANDADO DE NOTIFICAÇÃO À RECLAMADA PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS DE CORREÇÃO DE CHAMINÉ EDIFICADA EM CONTRAVENÇÃO DO DISPOSTO NO APLICÁVEL REGIME GERAL DA EDIFICAÇÕES URBANAS / EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS / REAPRECIAÇÃO JURÍDICA

Processo de reclamação n.º 875/2010

Registo de entrada n.º OP/11.474, de 21.08.2012

Reclamantes: José Joaquim Coelho da Costa e Maria Helena Pilré da Costa

Reclamada: Leonor Maria Armeiro da Costa Silva Santos

Assunto: Reclamação / Chaminé / Emissão de Fumos / Mandado de notificação à reclamada para realização de trabalhos de correção de chaminé edificada em contravenção do disposto no aplicável regime Geral da Edificações Urbanas / Exposição de motivos / Reapreciação jurídica

Local: Rua das Areias, n.º 31, freguesia de Benavente

Informação n.º 117/2012, de 03 de outubro

Em cumprimento do despacho superior exarado pelo senhor vereador municipal, responsável pela Urbanização e Edificação (VUE), exarado em 03.09.2012 no requerimento em epígrafe, cumpre informar:

1. Em cumprimento do despacho superior do VUE homologatório da nossa anterior informação jurídica – Informação A.J. n.º 059/2012, de 09.04. –, em 23.04.2012, afirmando não assistir razão à reclamada nos motivos que então aduziu mediante o requerimento com registo de entrada n.º OP/3.953, de 19.03.2012, foi expedido mandado de notificação à identificada reclamada, contendo nova ordem legítima para proceder aos necessários trabalhos de correção de chaminé da sua moradia cuja construção foi reclamada, por ter sido levada a cabo em contravenção do disposto no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU).
2. Está agora em análise nova exposição de motivos da reclamada, na sequência do referido mandado de notificação, na qual alega e solicita o seguinte:
 - que seja autorizada a manutenção da chaminé reclamada, *mas apenas como forma de arquitetura à traça original, completamente inoperante para o momento atual e futuro*;
 - que seja autorizada a alteração *do traçado da tubagem de exaustão, para que os gases anteriormente expelidos não coincidam com a empena do prédio vizinho*;
 - que seja autorizado *canalizar com tubo Spiro em aço os gases para a chaminé existente principal e já confirmada anterior a 1951, do início da casa*;
 - que seja realizada vistoria municipal ao local visando a validação das alterações efetuadas.
3. Em face do que se considera, atendendo aos antecedentes processuais e não concedendo em nada nos pareceres jurídicos¹⁰ já emitidos e para os quais se remete, tendo-os para todos os efeitos como reproduzidos na íntegra na presente informação, que:
 - 3.1. com a realização das obras de construção e dos demais trabalhos em que se traduzem a proposta de resolução da situação concreta, por parte da reclamada, implicando, em definitivo, a cessação de emissão de fumos pela chaminé que constitui a conduta de exaustão de fumos de salamandra existente na sua habitação, será reposta a garantia legal dos bens e dos interesses jurídicos protegidos pelas normas aplicáveis do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), os arts. 113.º e 114.º, a saber, razões de salubridade, segurança e estética, o interesse público da saúde e bem-estar, mas também os interesses dos proprietários dos imóveis abrangidos;
 - 3.2. do ponto de vista da *boa arte da construção*, e pressupondo que ainda não estão concretizadas, devem as obras e os trabalhos referidos, e como já se afirmou antes, a própria chaminé, ainda que inoperacional, por consubstanciarem obras de alteração à moradia preexistente, ainda não sujeitas a prévio controlo administrativo, conforme decorre da al. e) do art. 2.º do Regime da Urbanização e Edificação (RJUE), ser objeto da devida análise técnica especializada, pela Gestão Urbanística, para o que se entende como pertinente que seja promovido pela reclamada, em alternativa, pedido de informação prévia ou processo urbanístico de controlo prévio definitivo (recolhendo prévia informação quanto à espécie de procedimento administrativo aplicável, licença ou comunicação prévia), ressaltando eu é nossa opinião e, sem prejuízo do que se afirmou supra em 3.1., que, sempre, terá de ser cumprido as regras técnicas de construção da chaminé impostas pelo art. 113.º do RGEU;
 - 3.3. sendo que só nesse momento e mediante o adequado e aplicável meio procedimental administrativo se responderá em definitivo à pretensão da reclamada;

¹ Informações A.J. n.º 9/2011, de 27.01., n.º 034/2012, de 09.02. e n.º 059/2012, de 09.04., no processo n.º 875/2009.

- 3.4. tal como evidencia a própria reclamada, é imprescindível o acompanhamento permanente, rigoroso e exigente, por parte dos competentes serviços municipais, à realização das obras e dos trabalhos que vierem a ser devidamente permitidos, porquanto caso, em qualquer momento, mais próximo ou longínquo no tempo, se verifica a emissão de fumos ilegal pela chaminé reclamada, qualquer que seja a razão concreta que se constate, terá, de imediato, afirmar-se o prejuízo dos bens jurídicos salvaguardados pelos citados arts. 113.º e 114.º, daí retirando todas as consequências jurídicas já amplamente debatidas e clarificadas nos nossos anteriores pareceres;
- 3.5. será de fulcral relevância, em face da reclamação existente, que se dê oportunidade aos reclamantes para se pronunciarem previamente sobre o sentido da proposta de tomada de decisão superior que a presente informação encerra nos pontos anteriores.
- 4. Concluindo-se propõe-se que superiormente seja homologada a presente informação jurídica, notificando-se as partes para tomada de conhecimento e para, no caso da reclamada, agir em conformidade com o indicado supra no ponto 3.2. a 3.4. e, no caso dos reclamantes, agirem em conformidade com o indicado supra no ponto 3.5.**

Ana Carla Ferreira Gonçalves, técnica superior, jurista

Despacho do senhor presidente da Câmara Municipal: *Ao sr. vereador Miguel Cardia.*
3.10.012

Despacho do senhor vereador do Pelouro: *À reunião. 2012 OUT 04*

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA explicitou que após a notificação para correção da chaminé objeto de reclamação, nos termos determinados por forma a cumprir as normas do Regulamento Geral das Edificações Urbanas, o requerente solicitou que lhe seja autorizada a manutenção da chaminé tal como se encontra, alterando o traçado da tubagem de exaustão dos fumos e dos gases, para que possam sair numa outra chaminé muito mais antiga que existe na proximidade, e que essa alteração possa ser acompanhada pelos serviços municipais. Acrescentou que a apreciação do Apoio Jurídico aponta para essa possibilidade e, dado tratar-se duma reclamação, propõe ainda que a Câmara Municipal ausculte os reclamantes relativamente à matéria.

Atendendo a que a causa da reclamação não é a existência daquela estrutura arquitetónica, mas sim a produção de fumos e de gases, crê que a Câmara pode manifestar a intenção de aceitar a solução proposta pelo reclamado, com o compromisso deste selar definitivamente a conduta que serve a chaminé, garantindo que nunca mais é utilizada, através do acompanhamento que os serviços técnicos possam fazer da operação a realizar.

O SENHOR PRESIDENTE considerou que a Câmara Municipal poderá aceitar a solução proposta, proibida que seja, desde já, a utilização da chaminé, até que estejam realizadas as obras a efetuar e que as mesmas se mostrem não apenas viáveis, mas como não agressivas do direito dos vizinhos.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação jurídica e proceder de acordo com o preconizado na mesma.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 30 – RECLAMAÇÃO – PLACAS PUBLICITÁRIAS (INTERMARCHÉ – BRICOMARCHÉ)

Processo n.º 974/2012

Requerimentos de registo de entrada n.ºs 13065, de 24.09.2012 (SEGA) e 12756/2012 – obras particulares

Local: Largo Duarte Lopes, Benavente

Reclamante: Henrique Teles Claudino / Catarina Henriques

Reclamado: Extradirecional, Lda.

Informação da Fiscalização, de 04 de outubro de 2012

Em cumprimento dos despachos exarados nos requerimentos e sobre o assunto em título, cumpre informar:

Encontra-se colocada no local acima mencionado, desde o dia 15 de Setembro, uma placa direcional publicitária, alusiva às lojas Intermarché e Bricomarché, sem o respetivo licenciamento.

Em consulta ao processo de licenciamento requisitado à Junta de Freguesia de Benavente, verifica-se:

- Através da Informação Técnica de Trânsito e Toponímia, de 08.08.2012, é referido que a placa indicativa em análise, assinalada na simulação fotográfica com a posição 18, *“está colocada em frente a prédios destinados a habitação, comércio e serviços, pelo que consideramos indesejável esta localização devido ao incómodo que poderá causar às pessoas. A localização pretendida situa-se próximo da “curva do Solar” pelo que aumentará o risco de segurança dos automobilistas.”*
- Pelo ofício – referência 9058STM12, de 2012.08.14, a Estradas de Portugal, S.A. comunicou que emitiu parecer desfavorável à pretensão;
- Presente o assunto em reunião da Junta de Freguesia de Benavente, realizada em 05 de setembro último, foi emitida a seguinte deliberação: *“Mediante pareceres negativos da Câmara Municipal e Estradas de Portugal, foi deliberado por unanimidade indeferir a pretensão da empresa requerente”.*
- Pelo ofício n.º 690/2012, de 10 de setembro, rececionado pela empresa requerente a 11 de setembro, a Junta de Freguesia comunicou o indeferimento da colocação referida.

Face ao exposto, cumpre ainda informar:

De acordo com o artigo 12.º do Regulamento Municipal de Publicidade para o Concelho de Benavente, uma vez detetada a afixação ou inscrição de publicidade, em desrespeito pelos artigos anteriores, a Câmara Municipal notificará os respetivos infratores, sempre que conhecidos, para no prazo de 10 dias a contar da receção daquela, procederem à sua remoção, sob pena de a Câmara Municipal ordenar a sua remoção a expensas daqueles.

Segundo o artigo 23.º do referido regulamento, é da competência da Câmara Municipal proceder à instauração dos competentes processos de contraordenação, bem como a aplicação das coimas e sanções acessórias a que houver lugar, sem prejuízo da competência atribuída às direções regionais do ambiente, de acordo com

as disposições conjugadas dos artigos 6.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 105/98, de 24 de abril.

Anexa-se fotografia, que faz parte integrante da presente informação.

À consideração superior.

Paula Fonseca, fiscal municipal

Parecer:	Despacho:
	À reunião.
	2012OUT09
O chefe da D.M.O.P.P.U.D.	O vereador

DISCUSSÃO/INTERVENÇÕES: O SENHOR VEREADOR MIGUEL CARDIA crê tratar-se de abuso claro da utilização da via pública para implementação de placas indicativas de um conjunto de estabelecimentos comerciais e de desrespeito perante as competências que a Câmara Municipal delegou nas juntas de freguesia para o efeito, porquanto após uma reclamação, foi pedida a verificação do processo da Junta de Freguesia de Benavente, constando do mesmo pareceres desfavoráveis das diversas entidades e indeferimento daquele órgão autárquico.

Sendo da competência da Câmara Municipal a fiscalização e os atos subsequentes à regularização das situações de infração detetadas, propôs que a entidade seja notificada para, no prazo de dez dias, proceder à remoção daquela e de outras placas que possam existir na área do Município, a descoberto de qualquer licenciamento publicitário que está delegado nas juntas de freguesia.

Acrescentou que a entidade em apreço ou outras quaisquer não devem entender, nesta forma de atuação do Executivo, qualquer relutância em licenciar ou participar num processo de licenciamento de placas indicativas dos estabelecimentos, havendo, outrossim, regar a cumprir, estando a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia certamente disponíveis para ajudar a encontrar as melhores soluções de localização, que não colidam com outros interesses.

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do senhor vereador Miguel Cardia.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

05- Divisão Municipal da Cultura, Educação e Turismo

05.01- Subunidade Orgânica de Ação Socioeducativa

INTRODUÇÃO DE UM PONTO EXTRA À ORDEM DO DIA

3.ª FEIRA DAS SOPAS E DO ARROZ DOCE – DIAS 02, 03 E 04 DE NOVEMBRO – PEDIDO DE APOIO LOGÍSTICO

Relativamente ao objeto das deliberações dos órgãos Colegiais, o art. 83.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, estabelece uma regra e uma exceção.

Assim:

A Regra é de que só podem ser alvo de discussão e objeto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia, distribuída a todos os membros do órgão, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas sobre a data da reunião.

A Exceção, consiste na possibilidade de, em reuniões ordinárias, outros assuntos poderem ser abordados, desde que dois terços dos membros presentes por reconhecerem urgência, os queiram ver tratados.

Considerando:

- a urgência e a natureza do assunto, proponho que seja introduzido na Ordem do Dia o ponto a seguir discriminado.

Benavente, 15 de outubro de 2012

O presidente da Câmara Municipal, António José Ganhão

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade introduzir o presente ponto extra na Ordem do Dia.

Ponto Extra 3 – 3.^a FEIRA DAS SOPAS E DO ARROZ DOCE – DIAS 02, 03 E 4 DE NOVEMBRO – PEDIDO DE APOIO LOGISTICO

Entidade: CUAB

Tendo em vista a realização do evento supra referido, vem o CUAB solicitar o seguinte apoio logístico:

2 tasquinhas pequenas
6 grades metálicas
6 grades de madeira (utilizadas na feira das tasquinhas)
3 expositores utilizados nas quermesses
10 contentores para o lixo (120l cada)

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade prestar o apoio logístico solicitado. A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

05.02- Educação

Ponto 31 - ANO LETIVO 2012/2013 - APROVAÇÃO DE NOVOS ESCALÕES DE APOIO E ALTERAÇÃO DE ESCALÕES JÁ APROVADOS - 1.º CICLO

Informação D.M.C.E.T. n.º 086/2012, de 08 de outubro

Em complemento à Informação D.M.C.E.T. n.º 071/2012, de 5 de setembro, submetida a reunião de Câmara no dia 10 de setembro, a qual obteve a seguinte deliberação:

“Deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada de atribuição de auxílios económicos 1.º ciclo - ano letivo 2012/2013.”,

submete-se à consideração superior os novos escalões de apoio, bem como os escalões que já tinham sido aprovados e que solicitam alteração, de acordo com as listas em anexo.

Acresce referir que só após a aprovação dos escalões se poderá proceder à transferência dos subsídios, referentes aos manuais escolares, pelo que se solicita a aprovação em minuta da presente informação.

À consideração superior.

Carina Teles, técnica superior

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e aprovar os novos escalões de apoio e a alteração de escalões já aprovados, de acordo com as listas que, por fotocópia e depois de rubricadas, constituem pasta anexa à presente ata.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 32 - AUXÍLIOS ECONÓMICOS - PRÉ-ESCOLAR - ANO LETIVO 2012-2013

Informação D.M.C.E.T. n.º 088/2012, de 08 de outubro

De acordo com as normas de funcionamento da componente socioeducativa nos estabelecimentos de educação Pré-escolar, aprovadas em reunião de Câmara de 2011.09.12, deverão os encarregados de educação, ao abrigo do artigo 3.º, a) e b), compartilhar o serviço de refeições e prolongamento de horário mensalmente. A referida comparticipação será calculada em função do escalão de apoio em que o aluno se posiciona. O escalão de apoio é solicitado através de boletim de concessão de auxílios económicos e documentação comprovativa do escalão pelo qual o aluno recebe o abono de família da Segurança Social ou em regime equivalente.

Para o efeito, registamos até ao momento a seguinte informação relativa a 657 alunos, a frequentar os Jardins de Infância do Município:

Aluno	Ano Letivo	Refeições	Prol. Horário
	275	268	242
Centro Escolar de Benavente - JI	19	19	16
Jardim de Infância da Barrosa	15	15	14
Jardim de Infância de Santo Estêvão	43	41	35
Jardim de Infância Foros da Charneca	18	18	16
Jardim de Infância n.º 1 de Benavente	99	94	89
Jardim de Infância n.º 2 de Benavente - Areias	45	45	41
Jardim de Infância n.º 3 de Benavente	36	36	31
Agrupamento de Escolas de Samora Correia	382	376	334
Centro Escolar de Porto Alto - JI	66	62	53
Centro Escolar de Samora Correia - JI	63	62	58
Jardim de Infância - Porto Alto N.º 1	64	64	53
Jardim de Infância da Lezíria	44	44	42
Jardim de Infância Prof. António José Ganhão	145	144	128
Total	657	644	576

Com base no quadro apresentado e na lista em anexo, submete-se à aprovação os escalões de apoio atribuídos.

À consideração superior.

Carina Filipe Oliveira Teles, técnica superior de gestão autárquica

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, aprovar os escalões de apoio constantes da listagem que, por fotocópia e depois de rubricada, constitui pasta anexa à presente ata, e transferir para cada família a verba correspondente ao escalão atribuído.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 33 - PROGRAMA DE ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR PARA O 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - ANO LETIVO 2012/2013

Informação D.M.C.E.T. n.º 089/2012, 10 de outubro

Em 23 de julho foram presentes a reunião de Câmara os protocolos de colaboração a estabelecer entre a Câmara Municipal, as entidades parceiras e respetivos agrupamentos de escolas no âmbito do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico para o ano letivo 2012/2013, tendo sido deliberado favoravelmente.

Nos termos da Lei n.º 8/2012, propõe-se que o assunto seja submetido a sessão da Assembleia Municipal para autorização da despesa plurianual.

No processo de formalização do pedido de financiamento relativo ao programa, realizado em julho, considerou-se a totalidade dos alunos que frequentam as escolas do 1.º ciclo do ensino básico do município, sendo que apenas no final de setembro, após o início do ano, foi possível aferir com rigor os alunos que efetivamente se encontram a frequentar as referidas atividades. Este constitui, aliás, o procedimento adotado em anos anteriores.

Neste sentido, considerando que o n.º de alunos que neste momento frequentam as atividades de enriquecimento curricular se manterá inalterado até ao final do ano letivo, enunciam-se as transferências mensais a realizar por entidade.

Considerando ainda que as atividades já se encontram a decorrer desde o início do ano letivo, tal como se encontra definido nos acordos de colaboração, as transferências deverão ocorrer mensalmente na quantia definida relativa a um décimo do valor aluno/ano (setembro a junho).

	N.º total de alunos	N.º alunos AEC	Valor / aluno / mês (10 meses)	Valor a transferir mês	Entidades Parceiras
Agrupamento Escolas de Benavente					
Centro Escolar	326	234	€ 22,5	€ 7605	Academia de Música

Benavente n.º 2	55	48			de Benavente
F. Charneca	30	28			
Barrosa	28	28			
Sto. Estêvão	67	67	€ 26,25	€ 1759	CBESSE
Agrupamento Escolas Samora Correia					
Centro Escolar Samora Correia	293	280	€ 26,25	€ 7360	ADIC – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Criança
EB 1 Acácias	326	170	€ 26,25	€ 4463	SFUS – Sociedade Filarmónica União Samorense
Porto Alto n.º 1	67	38	€ 26,25	€ 4594	AREPA – Associação Recreativa do Porto Alto
Centro Escolar Porto Alto	150	137			
		1035			

À consideração superior.

Cristina Gonçalves, chefe DMCET

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade solicitar prévia autorização à Assembleia Municipal para a assunção de compromisso plurianual, nos termos da alínea c) do número um do artigo sexto da Lei n.º 8/2012, de vinte e um de fevereiro.
A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

06- Divisão Municipal de Desporto, Ação Social e Juventude

06.03- Intervenção Social e Saúde

Ponto 34 – PEDIDO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DIÁRIAS AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE BENAVENTE

Informação Social n.º 90/2012

PEDIDO FORMULADO:

- Fornecimento refeições diárias através da Santa Casa da Misericórdia de Benavente

Face ao pedido, foi elaborado o **Relatório Familiar:**

PARECER SOCIAL

Face ao exposto, propõe-se a cedência 4 refeições diárias (4 jantares) durante dois meses, a iniciar após deliberação do Executivo camarário e a terminar 60 dias depois dessa tomada de decisão. Julgamos que este período seja o necessário até conseguirem alterar a situação profissional e até à implementação das cantinas sociais.

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Submete-se à consideração de V. Exa. a informação.

Benavente, 08 de outubro de 2012

A técnica superior
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa
Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e aprovar a proposta de apoio à família, no fornecimento de quatro refeições diárias pelo período de dois meses.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 35 – PEDIDO DE REFEIÇÕES AO ABRIGO DO PROTOCOLO COM O CENTRO DE BEM-ESTAR SOCIAL PADRE TOBIAS

Informação Social n.º 107/2012

PEDIDO FORMULADO:

Cedência de refeições confeccionadas durante o período de um mês.

Face ao pedido, foi elaborado o **Relatório Familiar:**

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Face ao exposto e por considerarmos ser uma situação urgente, propomos a cedência de 4 jantares, durante a semana e 4 almoços e 4 jantares durante os fins de semana pelo período de um mês, só mesmo até a família se reorganizar e reequilibrar com as contas.

Submete-se à consideração de V. Exa. o Relatório Social.

Benavente, 8 de outubro de 12

A técnica superior, Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e aprovar a proposta de apoio à família, no fornecimento de refeições diárias pelo período de um mês.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 36 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO

Informação Social n.º 155/2012

PONTO DE SITUAÇÃO:

A encarregada de educação da aluna, com proc.º EDUCA n.º 15051, veio ao atendimento solicitar a revisão de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma

vez que o progenitor está desempregado e só existem os rendimentos do outro progenitor.

Em termos de abono de família, a aluna tem escalão 3.

Face a essa situação a encarregada de educação da aluna vem solicitar a atribuição de escalão A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Centro Escolar de Samora Correia, 3.º Ano de Escolaridade

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), a aluna deverá passar para o **escalão A** dos **Auxílios Económicos**, uma vez que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina que passe para o escalão A.

Assim, **propomos a integração da aluna no escalão A.**

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 3 de outubro de 2012

A técnica superior, Mª do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir o escalão A à aluna nela referenciada.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 37 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO

Informação Social n.º 156/2012

PONTO DE SITUAÇÃO:

A encarregada de educação (avó) do aluno, com proc.º EDUCA n.º 16244, veio ao atendimento solicitar a revisão de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma vez que vive sozinha com os dois netos e os rendimentos são baixos.

Em termos de abono de família, o aluno tem escalão 2.

Face a essa situação a encarregada de educação do aluno vem solicitar a atribuição de escalão A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB 1 das Acácias, 1.º Ano de Escolaridade

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), o aluno deverá passar para o **escalão A** dos **Auxílios Económicos**, uma vez que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina que passe para o escalão A.

Assim, **propomos a integração do aluno no escalão A.**

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 3 de outubro de 2012

A técnica superior, Mª do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir o escalão A ao aluno nela referenciado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 38 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO

Informação Social n.º 158/2012

PONTO DE SITUAÇÃO:

A encarregada de educação do aluno veio ao atendimento solicitar a alteração de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, por estar o seu filho posicionado no escalão 2.

Face a essa situação a encarregada de educação do aluno vem solicitar a atribuição de escalão A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: EB1 n.º 2 de Benavente

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), o aluno deverá manter-se no **Escalação B** dos **Auxílios Económicos**, uma vez que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina a inclusão nesse escalão (igual ou inferior a 0,5 do valor do IAS).

Assim, propomos o indeferimento do pedido.

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 02 de outubro de 2012

A técnica superior
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa
Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, indeferir a pretensão.

Ponto 39 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO

Informação Social n.º 161/2012

PONTO DE SITUAÇÃO:

A encarregada de educação do aluno veio ao atendimento solicitar a alteração de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, por estar o seu filho posicionado no escalão 3.

Face a essa situação a encarregada de educação do aluno vem solicitar a atribuição de escalão A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: EB1 de Benavente – 3.º ano

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), o aluno deverá posicionar-se no **Escalão B** dos **Auxílios Económicos**, uma vez que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina a inclusão nesse escalão (igual ou inferior a 0,5 do valor do IAS).

Assim, propomos que o aluno fique integrado **no Escalão B** do abono de família.

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 04 de outubro de 2012

A técnica superior
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa
Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, atribuir o escalão B ao aluno nela referenciado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 40 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO

Informação Social n.º 162/2012

PONTO DE SITUAÇÃO:

A encarregada de educação da aluna veio ao atendimento, solicitar a alteração de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma vez que um dos progenitores ficou desempregado.

Em termos de abono de família, a aluna tem escalão 3 porque os rendimentos reportam-se ao ano civil de 2011 e nessa altura os progenitores estavam ambos empregados.

Face a essa situação, a encarregada de educação da aluna vem solicitar a atribuição de escalão A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Jardim de Infância n.º 1 de Benavente

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), a aluna deverá passar para o **Escalão B** dos **Auxílios Económicos**, uma vez que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina a inclusão nesse escalão (igual ou inferior a 0,5 do valor do IAS).

Assim, propomos a integração da aluna no escalão B, do abono de família.

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 04 de outubro de 2012

A técnica superior
Maria Laura Carvalho

A coordenadora de equipa
Maria do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir o escalão B à aluna nela referenciada.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 41 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO

Informação Social n.º 164/2012

PONTO DE SITUAÇÃO:

A encarregada de educação do aluno, com proc.º EDUCA n.º 15333, veio ao atendimento solicitar a revisão de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma vez que está desempregada e o marido tem o ordenado em atraso.

Em termos de abono de família, o aluno tem escalão 3.

Face a essa situação a encarregada de educação do aluno vem solicitar a atribuição A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB 1 das Acácias, **2.º Ano de Escolaridade**

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), o aluno deveria passar para o escalão B dos Auxílios Económicos, uma vez que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina que passe para esse escalão.

Contudo, e atendendo à real situação do agregado (ordenados em atraso e muitas despesas), **propomos a integração do aluno no Escalão A**, uma vez que o agregado familiar está sem receber o ordenado e está a acumular dívidas. Têm andado a pedir dinheiro emprestado para pagar a prestação da casa, alimentação e deslocações.

Assim, **propomos a integração do aluno no escalão A.**

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 8 de outubro de 2012

A técnica superior, Mª do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir o escalão A ao aluno nela referenciado.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 42 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO

Informação Social n.º 165/2012

PONTO DE SITUAÇÃO:

A encarregada de educação da aluna, com proc.º EDUCA n.º 16156, vem solicitar a revisão de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma vez que está desempregada e os filhos não têm direito a abono de família.

Face a essa situação, a encarregada de educação da aluna vem solicitar a atribuição de escalão A.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Escola EB 1 das Acácias, **4.º Ano de Escolaridade**

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), a aluna deverá passar para o escalão A dos Auxílios Económicos, uma vez que o agregado familiar está em ausência total de rendimentos.

Assim, **propomos a integração da aluna no escalão A.**

Submete-se à consideração superior a proposta.

Redigido ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Benavente, 8 de outubro de 2012

A técnica superior, M^a do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação e, nos termos da mesma, atribuir o escalão A à aluna nela referenciada.

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números três e quatro do artigo nonagésimo segundo da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.

Ponto 43 – AUXÍLIOS ECONÓMICOS / RECLAMAÇÃO

Informação Social n.º 166/2012

PONTO DE SITUAÇÃO:

A encarregada de educação do aluno, com proc.º EDUCA n.º 15319, veio ao atendimento solicitar a revisão de escalão, no âmbito dos auxílios económicos, uma vez que o agregado está com muitas despesas.

Em termos de abono de família, o aluno tem escalão 3.

Face a essa situação a encarregada de educação do aluno vem solicitar a alteração de escalão.

ESTABELECIMENTO DE ENSINO: Centro Escolar de Samora Correia, **4.º Ano de Escolaridade**

PARECER SOCIAL/PROPOSTA

Portanto, face ao exposto e ao abrigo da legislação em vigor (despacho n.º 18987/2009, com as alterações introduzidas pelo despacho n.º 14368-A/2010, pelo despacho n.º 12284/2011 e pelo despacho n.º 11886/2012), o aluno permanece no escalão 3 do abono de família pelo que não tem direito a beneficiar dos Auxílios Económicos, uma vez, que o rendimento de referência, de acordo com o art. 14.º do Decreto-lei n.º 176/2003, com as alterações entretanto introduzidas, determina que permaneça no escalão 3.

Assim, **propomos o indeferimento do pedido de alteração de escalão.**

Submete-se à consideração superior a proposta.

Benavente, 8 de outubro de 2012

A técnica superior, M^a do Carmo Francisco

DELIBERAÇÃO: Deliberado por unanimidade homologar a presente informação social e, nos termos da mesma, indeferir a pretensão.

Ponto 44 – INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA

SENHOR VEREADOR CARLOS COUTINHO

1- 141.º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA BENAVENTENSE

No âmbito do acompanhamento às atividades das coletividades da área do Município, deu nota que se iniciaram as comemorações do centésimo quadragésimo primeiro aniversário da Sociedade Filarmónica Benaventense, tendo tido oportunidade de assistir a um encontro de bandas no Cineteatro.

Registou que atuação após atuação, a Banda da Sociedade Filarmónica Benaventense tem vindo a ter uma evolução muito significativa, fator que considera importante, dado que se trata duma coletividade com uma longa história de vida e que tem na banda o seu *ex-libris*, com todo um trabalho que, face ao empenho dos dirigentes, músicos e professores, está a dar resultados e que, a breve trecho, lhe permitirá ter um nível bastante considerável.

Realçou que alguns dos jovens se têm distinguido na área da música e informou que o João Raquel, músico formado na Banda da Sociedade Filarmónica Benaventense, assumiu a tarefa de reger a Banda de Pontével, pelo que crê que as filarmónicas da área do Município, para além de constituírem uma oportunidade para formação musical dos jovens, têm também proporcionado a possibilidade de muitos deles enveredarem por uma via profissional nessa área, fruto do trabalho que ali iniciaram.

SENHORA VEREADORA ANA CASQUINHA

1- 141.º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA BENAVENTENSE

Associou-se às felicitações à Sociedade Filarmónica Benaventense, coletividade de referência no Município e com uma atividade em crescendo, nomeadamente na área da música, que muito apraz a todos os membros do Executivo.

2- INSEGURANÇA NO ACESSO AO MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Manifestou preocupação face às várias situações que têm vindo a público referentes a insegurança, sobretudo no acesso ao Município de Benavente, sendo que quem é frequente habitual da Reta do Cabo, e sem interferir obviamente nas opções políticas do Governo Central no que diz respeito à segurança dos cidadãos, apercebe-se que desde que houve alteração da competência da GNR para a PSP no que diz respeito quer à fiscalização, quer à vigilância daquele troço de estrada, muito utilizado e constituindo uma porta de entrada no Município de Benavente, tem consecutivamente existido situações muito complicadas e perigosas.

Disse que a preocupa que quase todas as semanas existam naquela estrada situações de *carjacking* ou de mera tentativa, designadamente durante a noite, com recurso quer a armas de fogo, quer a outro tipo de armas, acabando por constituir uma fonte de total insegurança para qualquer cidadão que possa ter necessidade de se deslocar ao Hospital de Vila Franca de Xira e fique sujeito a ficar sem carro e a ser agredido.

Recordou que tendo a Camara Municipal feito, há algum tempo atrás, uma chamada de atenção junto da Administração Central relativamente à insegurança que proliferava, derivada dos assaltos com que o concelho de Benavente era constantemente assolado, julga que é de adotar veementemente tal atitude junto das autoridades competentes quanto à nova vaga de insegurança, que afeta sobretudo os munícipes que trabalham e estudam fora e utilizam aquela via estruturante.

SENHOR VEREADOR JOSÉ RODRIGUES DA AVÓ

1- 141.º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA BENAVENTENSE

Associou-se aos cumprimentos e congratulações endereçados à Sociedade Filarmónica Benaventense, pelo início das comemorações de mais um aniversário daquela que é uma instituição das mais antigas do Município e que continua a formar jovens para o futuro em várias vertentes, que não apenas na musical, mas também participando nas atividades de enriquecimento curricular.

2- INSEGURANÇA NO ACESSO AO MUNICÍPIO DE BENAVENTE

Observou que não é apenas a Reta do Cabo a ser alvo dos amigos do alheio, mas também a parte da Estrada Nacional 119 compreendida entre a rotunda do Infantado e Alcochete, onde se está a tornar muito perigoso circular durante a noite, nomeadamente para quem possua carros que atraiam os malfeitores.

Acrescentou que aquela é uma via muito utilizada por cidadãos quer do Município de Benavente, quer de municípios vizinhos, uma vez que é a ligação da zona mais a leste a Lisboa, devendo merecer a preocupação das autoridades no futuro próximo.

Na sequência das intervenções dos senhores vereadores, o **SENHOR PRESIDENTE** teceu as seguintes considerações:

1- 141.º ANIVERSÁRIO DA SOCIEDADE FILARMÓNICA BENAVENTENSE

Endereçou votos de congratulação e parabéns à Sociedade Filarmónica Benaventense, pelas atividades ligadas à comemoração do seu aniversário e pelo registo que ressalta do concerto realizado, da evolução significativa do trabalho de reconstrução da Banda.

2- INSEGURANÇA NO ACESSO AO MUNICÍPIO DE BENAVENTE

No que respeita à insegurança nos acessos ao Município de Benavente, crê que estando envolvido parte do território da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, há necessidade de conjugar com a respetiva presidente um trabalho tendente a levar essas preocupações junto do senhor ministro da Administração Interna, porquanto considera que o diálogo institucional com quem tem a capacidade de tomar boas decisões sobre a matéria é o caminho mais rápido e correto.

Seguidamente, o **SENHOR PRESIDENTE** prestou as seguintes informações:

1- PROTOCOLO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS CANTINAS SOCIAIS

Transmitiu que durante a manhã recebeu um telefonema do senhor diretor regional da Segurança Social, anunciando que obteve autorização para celebrar com a Câmara Municipal de Benavente o protocolo de implementação das cantinas sociais, com efeitos a partir do dia um de novembro próximo.

Acrescentou que o senhor diretor regional o questionou acerca da possibilidade do CLAS (Conselho Local de Ação Social) de Benavente participar numa exposição que vai ser realizada pelos CLAS de todo o distrito nos dias vinte e cinco, vinte e seis e vinte e sete de outubro, e sabendo que a Câmara Municipal comunicara que seguramente não iria participar, dado não poder fazer despesa com o aluguer de expositores e com viaturas para transportar os mesmos, o senhor diretor regional disse que a presença de Benavente era importante, pelo que arranjará o expositor.

Contudo, trata-se dum assunto que terá que analisar com os serviços respetivos, tentando viabilizar a participação do CLAS.

2- REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO MINISTRO DA SAÚDE

Informou acerca da realização da reunião com o secretário de estado adjunto do ministro da Saúde, na qual foram expostas as questões que preocupam a Câmara Municipal de Benavente, nomeadamente no que se refere aos cuidados primários de saúde e à falta de médicos de família que atinge dramaticamente cerca de sete mil e quinhentos utentes de Benavente e treze mil e quinhentos de Salvaterra de Magos, concelho vizinho que utiliza o Serviço de Atendimento Permanente de Benavente.

Referiu que associou aquela problemática à necessidade do Serviço de Atendimento Permanente poder continuar a funcionar sem o receio permanente de que não haja renovação de contratos, o que leva a que haja sempre alguma agitação no seio da população.

Disse ter tido oportunidade de transmitir ao senhor secretário de estado a sua opinião de que de acordo com os dados estatísticos que conhece, os custos da saúde e dos grandes problemas com que o ministério se debate não residem propriamente nos custos com os recursos humanos, porque apenas um terço das despesas resultam dos recursos humanos que prestam serviço, e esses sim, são essenciais e enquanto menos recursos humanos existirem na área da saúde pública, seguramente que maiores serão as probabilidades de se gastar mais dinheiro em meios de diagnóstico e medicamentos, os quais pesam seriamente no défice do setor de saúde, que tanto preocupa muitos dos políticos do País.

Observou que tendo o senhor secretário de estado mostrado a sua incompreensão pelo facto do concelho de Benavente, situando-se tão perto de Lisboa, não conseguir captar médicos, havendo concursos que ficam desertos, teve oportunidade de lhe explicar que é muito diferente abrir um concurso para um ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) da Lezíria, que tem uma abrangência bastante maior de municípios e cuja sede, situada em Almeirim, por si só é capaz de afastar alguns médicos, e abrir concurso tendo em conta as vagas no concelho de Benavente, que seguramente não ofereceria tanta dificuldade dada a proximidade ao centro de Lisboa.

Transmitiu que o senhor secretário de estado reconheceu que Benavente precisa de mais quatro médicos de família para fazer face aos problemas existentes, bem como aos indicadores de crescimento demográfico e de desenvolvimento económico, com a atração de emprego e alguma sobrecarga de ficheiros médicos que resultam desse facto, pelo que iria analisar o concurso que termina no mês em curso, para ver da possibilidade de colocação de médicos no concelho.

No que se refere aos cuidados diferenciados de saúde, afirmou ter manifestado ao senhor secretário de estado a grande preocupação com o plafonamento de consultas na Santa Casa da Misericórdia de Benavente e com o facto de, estando esgotados esses *plafonds*, já não haver consultas de cirurgia geral, oftalmologia e dermatologia, entre outras especialidades que constituem serviços de proximidade, em que os atos médicos praticados não têm custos superiores para o País, em comparação com os atos praticados e pagos pelo Estado no contrato de gestão delegada que tem com a administração do Hospital de Vila Franca de Xira.

Informou que o senhor secretário de estado disse que embora tal possa corresponder à verdade, trata-se de parcerias que são negociadas em pacote e, como tal, não se podem alterar, porque globalmente são mais favoráveis do ponto de vista da gestão.

Deu nota que manifestou incompreensão pelo facto de não ser tida em conta a situação social que o País vive, sendo que retiradas que foram as carreiras públicas de todos os lugares do interior dos municípios de Salvaterra de Magos, Coruche e Benavente, muitos cidadãos desses concelhos têm que se deslocar a Vila Franca de Xira ou a Santarém em viaturas de familiares e em táxis, deixando, infelizmente, muitos deles de ir ao médico, porque não têm dinheiro suficiente para pagar os custos

de transporte, acrescidos das taxas moderadoras, situação que seguramente nenhum governante deseja que aconteça.

Informou que o senhor secretário de estado disse ter também a visão de que os cuidados diferenciados de saúde têm que ser aproximados das populações, e prometeu que irá tentar ver o contrato que está estabelecido e conversar com a Administração Regional de Saúde, sendo que ele próprio contactará diretamente o presidente da Câmara Municipal logo que tenha dados que permitam a este prestar informação ao Executivo e à população.

3- REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DA AR - ÁGUAS DO RIBATEJO EM, SA

Informou que se realizou uma reunião da Assembleia Geral da AR – Águas do Ribatejo EM, SA, e transmitiu que tem na sua posse um estudo comparativo dos tarifários das águas e saneamento promovido pela entidade reguladora ERSAR, que será distribuído pelos senhores vereadores para que tenham a noção das tarifas praticadas no sistema e em outros vizinhos.

Realçou que o relatório de gestão do primeiro semestre aponta claramente para uma melhoria da situação financeira da empresa, devida, muito e no fundamental, à entrada do Município de Torres Novas, que melhorou o volume de negócios e os resultados previsíveis, em comparação com o ano anterior.

Disse ter tido oportunidade de afirmar que caso no final do ano se mantenham tais resultados e a melhoria da solvabilidade de todos os outros rácios, num ano que vai ser terrível para os portugueses, poder-se-á pensar em que não haja aumento das tarifas de água e saneamento para além da inflação, afirmação que mereceu a compreensão do Conselho de Administração, tanto mais que aquela empresa não foi criada para ter lucros, mas sim para servir o melhor possível os municípios, e as câmaras municipais não estão interessadas em ter dividendos, querendo, outrossim, que esses dividendos possam traduzir-se num bom serviço e numa melhor tarifa para os seus municípios.

Ponto 45 – INTERVENÇÕES DOS MUNICÍPIES

SENHOR ANTÓNIO QUITÉRIO

1- PEDIDO DO CINETEATRO DE BENAVENTE PARA A REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS DA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA

Transmitiu que a sua presença se prende, em primeiro lugar, com a curiosidade de aprender como se faz uma reunião de câmara municipal, e em segundo lugar e em representação da Igreja Adventista do Sétimo Dia, pronunciar-se sobre o pedido apresentado por aquela Igreja, de cedência do Cineteatro de Benavente para a realização de conferências, já objeto de apreciação na reunião do Executivo realizada na semana anterior.

Considerou que a Câmara Municipal, na pessoa do senhor vereador Carlos Coutinho, expôs simpaticamente as razões para não ceder aquele equipamento cultural e afirmou que a Igreja Adventista do Sétimo Dia entende a posição do Executivo.

Observou que a Igreja Adventista do Sétimo Dia sempre se pautou (e vai continuar a pautar) por uma assistência social e pelo intercâmbio com as autoridades e embora compreenda as razões da não cedência do espaço solicitado, lamenta que tal possa acontecer, porquanto a Igreja não se prende a outro tipo de manifestação que não seja o respeito, e sempre conforme a possibilidade, até às últimas consequências, sendo

que mesmo quando aqueles que a ouvem no espaço que ocupam não gostam dum cântico, a Igreja procura outro sítio.

Agradeceu a atenção que a Câmara Municipal dispensou ao assunto e disse que devido ao período de transição e mudanças na casa que a Igreja atravessa, ouve um mau entendimento e avançou-se para a distribuição de prospectos e anúncios em *outdoor*, indo agora a Igreja tentar, junto da Rádio Marinhais ou da Rádio Íris, que possam noticiar que as conferências que estavam marcadas e já anunciadas, por razões que se prendem com a organização da Igreja, têm que ser adiadas.

Acrescentou que a Igreja Adventista do Sétimo Dia não existe apenas para servir os cidadãos no âmbito religioso, mas também para servir todos aqueles a quem chama irmãos e mesmo aqueles que eventualmente poderão ser seus inimigos.

O SENHOR PRESIDENTE disse que a Câmara Municipal tem pelas diferentes congregações religiosas um grande respeito e prossegue o princípio de não discriminação, tendo uma enorme preocupação em todos os atos que comete.

Opinou que o facto de a Câmara Municipal ter estabelecido que os centros culturais e os equipamentos municipais não são locais para a prática de culto, não constitui um ato discriminatório.

Transmitiu que todos os espaços da Câmara Municipal estão à disposição para atividades complementares das igrejas, sendo do conhecimento do Executivo que estas desenvolvem atividades sociais importantíssimas.

Acrescentou que bastará conhecer um pouco do Mundo, sobretudo do mais pobre, para saber o papel e a importância que as igrejas têm na relação de proximidade com aqueles que mais necessitam e por vezes nada têm, nem sequer para se alimentar.

Afirmou que o Executivo não pretendeu criar qualquer embaraço à Igreja Adventista do Sétimo Dia, e manifestou a expectativa de que a obra social da Igreja continue na área do Município, sendo que sempre que sejam necessários espaços municipais para eventos complementares para além da atividade de culto, a Câmara Municipal estará sempre à disposição.

Ponto 46 – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA

Ao abrigo do preceituado no número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, para que produzam efeitos imediatos, aprovar em minuta as seguintes deliberações:

- II Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano;
- Aquisição de Combustíveis Rodoviários, Gás Propano a Granel e Lubrificantes – Acordo Quadro (Concurso CCE-CIMLT) – Autorização de ajuste direto;
- Despesas de representação / Proposta;
- Nomeação no âmbito de processo de inquérito / Pedido de escusa;
- Empreitada de: “Ampliação e Requalificação da EB1 Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia” - Autorização Prévia da Assembleia Municipal para assunção de Compromisso Plurianual;
- Empreitada de: “Ampliação e Requalificação da EB1 n.º 1 de Benavente” - Autorização Prévia da Assembleia Municipal para assunção de Compromisso Plurianual;
- Operação Urbanística: Licença Administrativa / Legalização de alterações / Indústria;
- Operação Urbanística: Licença Administrativa / Ampliação de pavilhão industrial;
- Legalização de Ampliação e Alterações a Edifício de Habitação e Estabelecimento / Projetos das especialidades;

- Estabelecimento Comercial – Autorização de Alteração de Utilização – Junção de elementos;
- Viabilidade de instalação de campo de futebol de praia, com tenda insuflável, de campo de paintball e de anexos (telheiros) em madeira para apoio / Admissibilidade do uso pretendido na classe de Espaço Urbano, Área Urbanizada Verde Agrícola;
- Reclamação / Chaminé / Emissão de fumos / Mandado de notificação à reclamada para realização de trabalhos de correção de chaminé edificada em contravenção do disposto no aplicável regime Geral da Edificações Urbanas / Exposição de motivos / Reapreciação jurídica;
- Reclamação – Placas publicitárias (Intermarché – Bricomarché);
- 3.ª Feira das Sopas e do Arroz Doce – dias 02, 03 e 04 de novembro – Pedido de apoio logístico;
- Aprovação de novos escalões de apoio e alteração de escalões já aprovados – Ano letivo 2012/2013;
- Auxílios Económicos – Pré-Escolar / Ano letivo 2012/2013;
- Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular para o 1.º Ciclo do Ensino Básico – Ano letivo 2012/2013;
- Pedido de fornecimento de refeições diárias ao abrigo do Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente;
- Pedido de refeições ao abrigo do Protocolo com o Centro de Bem-Estar Social Padre Tobias;
- Auxílios Económicos / Reclamações.

Não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e trinta e três minutos.

Para constar se lavrou a presente ata, que depois de aprovada, vai ser assinada.

E eu,

Hermínio Nunes da Fonseca, diretor do Departamento Municipal Administrativo e Financeiro, a subscrevi e assino.



Município de Benavente

ANEXO

- **II Alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano de 2012** (6 páginas)

Reunião da Câmara Municipal de 15 de outubro de 2012

2.^a Revisão ao Orçamento

da RECEITA e da DESPESA
para o ano financeiro de



APROVAÇÃO

Câmara Municipal: Reunião de 15/10/2012
Assembleia Municipal: Sessão de __/__/2012



Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Receita

Revisão Nº 2

Classificação Económica		Previsões Atuais	Modificações Orçamentais		Previsões Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
10	Transferências de capital					
1003	Administração central					
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados					
10030701	FEDER					
1003070126	QREN - Benef./Ampliação Escola EB1 n.º1 Benavente	1.320.386,00		1.309.320,00	11.066,00	
1003070127	QREN - Benef./Ampliação Escola EB1 Samora Correia	876.866,00		848.030,00	28.836,00	
	Receitas de Capital:	2.197.252,00	0,00	2.157.350,00	39.902,00	
	Total de receitas correntes:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total de receitas de capital:	2.197.252,00	0,00	2.157.350,00	39.902,00	
	Total de outras receitas:	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais:	2.197.252,00	0,00	2.157.350,00	39.902,00	



Município de Benavente

Modificação ao Orçamento

Ano Económico: 2012

Despesa

Revisão Nº 2

Classificação Económica		Dotações Atuais	Modificações Orçamentais		Dotações Corrigidas	Observações
Código	Designação		Inscrições/Reforços	Diminuições/Anulações		
02	Câmara Municipal e Serviços Municipais					
02 07	Aquisição de bens de capital					
02 0701	Investimentos					
02 070103	Edifícios					
02 07010305	Escolas					
02 0701030501	Construção	490.253,00	9.100,00		499.353,00	
02 0701030502	Reparação e beneficiação	2.339.349,00		2.206.372,00	132.977,00	
02 070104	Construções diversas					
02 07010405	Parques e jardins	558.300,00	53.000,00		611.300,00	
02 070110	Equipamento básico					
02 07011002	Outro	98.130,00		13.078,00	85.052,00	
Despesas de Capital:		3.486.032,00	62.100,00	2.219.450,00	1.328.682,00	
Total do Orgão 02:		3.486.032,00	62.100,00	2.219.450,00	1.328.682,00	
Total de despesas correntes:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Total de despesas de capital:		3.486.032,00	62.100,00	2.219.450,00	1.328.682,00	
Total de outras despesas:		0,00	0,00	0,00	0,00	
Totais:		3.486.032,00	62.100,00	2.219.450,00	1.328.682,00	

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....



2.^a Revisão às GRANDES OPÇÕES DO PLANO

para o ano financeiro de

2012

APROVAÇÃO

Câmara Municipal: Reunião de 15/10/2012
Assembleia Municipal: Sessão de __/__/2012



MODIFICAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)

Ano de 2012

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub ac.	Designação	Classificação Orçamental		Resp.	Datas (Mês/Ano)		Despesas										Anos Seguintes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
		Org.	Económica				Início	Fim		Dotação Atual			Modificação		Dotação Corrigida																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																								
										Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Financ. Definido	Financ. Não Def.	Total	2013	2014	2015	2016 e seguintes																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																		
01						EDUCAÇÃO						4.049.067,00	0,00	4.049.067,00	-2.210.350,00		1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.838.717,00	0,00	1.8

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____



**MODIFICAÇÕES
ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO - GOP (PPI e AMR)**

Ano de 2012

Revisão Nº 2

Obj.	Prog.	Projeto		Aç.	Sub aç.	Designação	Classificação Orçamental		Despesas													
		Org.	Económica				Dotação Atual					Anos Seguintes					Dotação Corrigida					
							2013	2014	2015	2016	Total	2013	2014	Modificação 2015	2016 e seguintes	Total	2013	2014	2015	2016	Total	
01						EDUCAÇÃO			66.560,00	66.560,00			133.120.002	101.932,00			2.101.932,00	2.168.492,00	66.560,00			2.235.052,00
01	002					Ensino básico			66.560,00	66.560,00			133.120.002	101.932,00			2.101.932,00	2.168.492,00	66.560,00			2.235.052,00
01	002	2008	27			Beneficiação / Ampliação Escolas							2.101.932,00				2.101.932,00	2.101.932,00				2.101.932,00
01	002	2008	27	1		Escola EB1 n.º 1 - Benavente							1.362.078,00				1.362.078,00	1.362.078,00				1.362.078,00
01	002	2008	27	1	2	Obra de Construção Civil	02	0701030502					1.349.000,00				1.349.000,00	1.349.000,00				1.349.000,00
01	002	2008	27	1	3	Aquisição de mobiliário e material didáctico	02	07011002					13.078,00				13.078,00	13.078,00				13.078,00
01	002	2008	27	2		Escola EB1 n.º 1 - Samora Correia							739.854,00				739.854,00	739.854,00				739.854,00
01	002	2008	27	2	2	Obra de Construção Civil	02	0701030502					739.854,00				739.854,00	739.854,00				739.854,00
Totais da modificação às Grandes Opções do Plano - GOP									0,00	0,00	0,00	0,00	0.002.101.932,00	0,00	0,00	0.002.101.932,00	0.002.101.932,00	0,00	0,00	0,00	0.002.101.932,00	